

SOC. 47



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**(FLECS)**

**Departamento de Sociologia**

**Tema: Lógicas de envolvimento de Camponeses em associações agrícolas: Estudo de caso na Associação de Regantes de Massaca-Boane (1995-2007)**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**AUTOR: Alves Francisco Nhairire**

**OS SUPERVISORES: Prof. Doutor Samuel Quive  
Dr. Hélder Jauana**

**Maputo, Dezembro de 2007**

Lógicas do envolvimento de camponeses em associações agrícolas – estudo  
de caso na Associação de Regantes de Massaca, Distrito de Boane  
(1995-2007).

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção  
do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Departamento de Sociologia**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Universidade Eduardo Mondlane**

**Autor: Alves Francisco Nhairire**

**Supervisor: Prof. Doutor Samuel Quive**

**Maputo, Dezembro de 2007**

**O Júri:**

**O Presidente**

**O Supervisor**


**O Oponente**

**Data**

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## Declaração

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico, o mesmo constitui o resultado de uma investigação pessoal, estando indicadas no texto as referências bibliográficas por mim utilizadas para elaboração do devido trabalho.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alves Naurire', written over a horizontal line.

(Alves Naurire)

## Dedicatória

Este trabalho é dedicado à memória da minha querida mãe (Ana Paula), que pacientemente lutou para tornar-me na pessoa que sou hoje.

## Agradecimentos

Este trabalho só foi possível graças a paciente supervisão do Professor Doutor Samuel Quive e do Dr. Hélder Jauana, os quais endereço o meu primeiro e muito sentido agradecimento.

Foram, porém, muitos mais, diferentes na substância mas iguais na generosidade, os contributos que tornaram possível este trabalho. Ainda que correndo o risco de alguma involuntária e lamentável omissão, é justo nomear aqueles que, mais directa ou indirectamente, de uma maneira ou de outro, ajudaram a preparar este trabalho: A todos os meus professores desde a Pré-primária até a Faculdade; ao meu avô, aos meus tios e primos (Albertina, Amélia, Andela, Aidinha, Carlos, Dinha, Francisco, Manuel, Fernando, Ivone, Joana, Laura, Lopes, Valdemiro, Raiva,..), aos meus amigos (Zacarias, António, Bruno, Nemias, Adelino, Buque, Massitela, Tonecas,...), aos meus colegas da Faculdade (Edgar, Bresnévia, Misete, Guatura, Célia, Eunice, Arsénia, Leonor, César, Zimba, Rui, Custódio...), em fim a todos que por imperativos de espaço não foram mencionados, o meu caloroso obrigado;

Em terceiro lugar o meu obrigado é endereçado ao Dr. Carlos Mutondo, pela sua paciente revisão linguística; á Direcção Nacional para a Promoção do Desenvolvimento Rural, à União Nacional dos Camponeses, à Direcção Distrital de Agricultura de Boane, a Direcção dos Serviços Agrários (Departamento de Hidráulica), ao Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, aos membros da Associação de Regantes de Massaca, aos membros do Grupo de Pesquisa Saúde e Sociedade em especial a Prof<sup>a</sup>. Doutora. Nair Teles, ao dr. Domingos e a Dra. Sónia Nhantumbo.

E finalmente, os meus agradecimentos são endereçados a Celeste Matecana.

## Lista de Abreviaturas

<b>Agri.</b>	Agricultura
<b>Activ.</b>	Actividade
<b>Ara Sul</b>	Administração Regional de Aguas do Sul
<b>ARM</b>	Associação de Regantes de Massaca
<b>Assoc.</b>	Associação
<b>DDA</b>	Direcção Distrital de Agricultura
<b>EDM</b>	Electricidade de Moçambique
<b>FDA</b>	Fundo do Desenvolvimento Agrário
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>MPF</b>	Ministério de Plano e Finanças
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PARPA</b>	Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta
<b>PAMA</b>	Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas
<b>PRE</b>	Programa de Reabilitação Económica
<b>PRORURAL</b>	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
<b>RAP</b>	Relatório Anual de Pobreza
<b>RENAMO</b>	Resistência Nacional de Moçambique
<b>UNAC</b>	União Nacional dos Camponeses
<b>UNICEF</b>	United Nations International Childrens Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância)

## RESUMO

Em contexto de pobreza em áreas rurais, o associativismo de tipo agrícola, tem se revelado um factor dinamizador do combate deste problema (Pobreza). Assim, este facto serviu de base para o presente trabalho intitulado Lógicas do envolvimento de camponeses em associações agrícolas – estudo de caso na Associação de Regantes de Massaca, Distrito de Boane (1995-2007).

A preocupação do governo em apoiar e incentivar o movimento associativo, que por sua vez leva ao aumento numérico destas associações e paradoxalmente a sua existência nominal, serviu de subsídio para uma reflexão sociológica em torno da problemática, do qual levantamos a seguinte questão de partida: *Quais os motivos que levam os camponeses de Massaca a se envolverem na Associação de Regantes de Massaca, uma associação do tipo agrícola?*

Deste modo, avançamos com a seguinte hipótese: *Os camponeses envolvem-se na associação por motivos meramente individuais com expectativas de reduzir os efeitos da pobreza.*

Para o teste desta hipótese e o alcance do objectivo proposto no trabalho, que consistiu em, compreender a relação que se pode estabelecer entre o associativismo agrícola e a pobreza, partindo das lógicas que levam os camponeses a organizarem-se em movimentos associativos, levamos a cabo um estudo de caso na Associação de Regantes de Massaca em Boane, do qual concluímos que:

- Não existe um motivo comum ou colectivo de envolvimento dos camponeses na associação, ou seja, que cada membro entrou na associação para alcançar objectivos pessoais e concretos, dos quais se destaca: melhoria de vida, oportunidade de emprego, posse de terra, desejo de possuir uma parcela irrigada etc.
- Não existe uma relação de causa efeito entre o associativismo e a pobreza, ou seja que o facto de ser membro da associação não implica necessariamente não ser pobre, a redução da pobreza, constitui uma consequência adversa do envolvimento dos camponeses na associação.

## INDICE

	Pag.
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
1.1 Justificativa.....	3
1.2. Problemática.....	4
1.3 Objectivos.....	6
1.4. Metodologia.....	6
<b>II. CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>11</b>
<b>III. QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
3.1. Conceptualização.....	15
3.2. Abordagem Teórica.....	19
<b>IV. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>28</b>
4.1.Contexto do Movimento Associativo em Boane.....	28
4.2. Perfil Sócio-económico dos Membros da Associação.....	29
4.3. Processo da criação da Associação.....	30
4.4. Envolvimento dos camponeses na Associação.....	33
4.5. Percepções locais sobre a pobreza.....	39
4.6. Implicações da Associação na vida dos camponeses.....	46
4.7. Sustentabilidade da Associação.....	56
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>
<b>VII. ANEXOS.....</b>	<b>66</b>



## I. INTRODUÇÃO

A questão da pobreza tem preocupado vários governos do mundo, no sentido de encontrarem solução para a sua erradicação, o que suscita, em determinados ambientes, sobretudo em meios rurais, novas formas de organização social de tipo associativo.

Trata-se de um fenómeno novo, favorecido pelas próprias políticas de ajuste estrutural diante da retirada do Estado e da debilidade do mesmo. Assim surge e se espalha a tendência de buscar uma saída para a situação de persistente pobreza, baseando-se nesta forma de organização (Luzzati & Navarra; 2004: 8).

Neste sentido, a problemática da pobreza e sua relação com o associativismo, representa a razão pela qual se apresenta a presente pesquisa, que constitui um requisito pedagógico para a obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Assim, propomo-nos a discutir como tema de investigação o seguinte: Lógicas do envolvimento de camponeses<sup>1</sup> em associações agrícolas – estudo de caso na Associação de Regantes de Massaca, Distrito de Boane (1995-2007).

Trata-se de um trabalho que se assenta no método qualitativo, através do qual procuramos fazer uma abordagem que tenciona captar as concepções dos associados sobre a pobreza, as causas do envolvimento dos camponeses na associação e o impacto desta associação na vida daqueles.

Assim, o trabalho obedece a seguinte estrutura: No primeiro capítulo, apresentamos a introdução – breve apresentação do tema, a justificativa, a problemática, os objectivos, a questão de partida, a hipótese, e a metodologia. No segundo capítulo, apresentamos o contexto histórico do movimento associativo em Moçambique. Aqui, desenvolvemos o

---

<sup>1</sup>No presente trabalho, definimos camponês como sendo um habitante, em contexto rural, implicado na exploração agrícola, tendo a terra e o trabalho familiar como os mais importantes meios de produção (Ribeiro 1997:30).

historial da implantação do movimento associativo agrícola em Moçambique desde a era colonial até a actualidade.

No terceiro capítulo, faz-se a apresentação dos principais conceitos e as devidas definições, e de seguida, as abordagens teóricas em torno da problemática levantada, das quais as perspectivas de Campos (1999) e Olson (1998) constituíram a base de explicação do nosso problema.

No quarto capítulo temos a análise e a interpretação dos dados da pesquisa realizada em Massaca. E no quinto capítulo, apresentamos as considerações finais; em seguida, no sexto capítulo apresentamos a bibliografia consultada e no sétimo capítulo apresentamos os anexos.

### **1.1. Justificativa**

A escolha do tema: Lógicas do envolvimento de camponeses em associações agrícolas - estudo de caso na Associação de Regantes de Massaca - Distrito de Boane (1995-2007), justifica-se em virtude das várias inquietações por mim levantadas durante um trabalho efectuado no Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IAM), em 2006, no âmbito do projecto de irrigação de pequena escala nos sistemas de regadios da Província de Maputo. Tais inquietações consistiam em compreender a relação entre as associações agrícolas e a pobreza assim como as motivações que levam os camponeses a engajarem-se nestas formas de organização social. Estas inquietações só seriam passíveis de serem respondidas a partir de uma reflexão sociológica sobre a temática.

Deste modo, o estudo do movimento associativo e da sua relação com a problemática da pobreza, torna-se duplamente pertinente na medida em que, por um lado, há poucos

estudos sobre as associações agrícolas no campo da sociologia<sup>2</sup> na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), as associações são abordadas no campo da Administração Pública e em estudos de desenvolvimento; e, por outro, torna-se pertinente o estudo desta temática pelo facto de o seu conhecimento puder facilitar a compreensão das lógicas e das dinâmicas de funcionamento das associações agrícolas como formas de organização social.

Esta área interessa a sociologia, na análise dos aspectos sociais que levam as relações entre os agentes “rurais”, os padrões de interacção que estes mantêm e os factores que influem na organização desses padrões de interacção, assim como as lógicas que levam os actores sociais<sup>3</sup> a participarem em acções colectivas de várias formas, das quais se destaca a associativa, de modo a promoverem o seu bem estar ou do meio em que se encontram inseridos, assumindo assim uma posição fundamental.

Assim, apostamos na exploração desta temática cientes de que os seus resultados poderão constituir um contributo para o enriquecimento do debate académico sobre esta temática em Moçambique.

## 1.2. Problemática

Desde os meados da década de 1990, com o fim da guerra civil<sup>4</sup>, tem se verificado um aumento numérico das associações agrícolas. Segundo dados obtidos na União Nacional dos Camponeses (UNAC), até 1991 Moçambique contava apenas com cerca de 525 associações agrícolas, ocupando uma área física aproximada a 10.584 hectares de terra e movimentando cerca de 34.455 membros. Actualmente conta com perto de 1.233

---

<sup>2</sup> Até a altura em que foi formulado o projecto para a sua posterior execução, não existia na Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM nenhuma tese de sociologia que fizesse referencia ao associativismo agrícola.

<sup>3</sup>Na óptica de Mazula (2000), a noção de actor “social”, em sentido sociológico deve ser entendida como actor participante e não de presença meramente instrumental e simbólica, o actor deve ser capaz de participar na transformação do meio-ambiente em que vive (Mazula, 2000: 33).

<sup>4</sup> Conflito armado entre o governo da Frelimo e a Renamo

associações e cooperativas agrícolas, ocupando uma área de aproximadamente 57.868 hectares de terra e movimentando cerca de 60.327 membros<sup>5</sup>. O que nos leva a questionarmos o porquê deste aumento?

Acompanhando este aumento, tem se verificado uma grande preocupação por parte do Governo e Organizações não-governamentais em acções de apoio para criação, legalização e fortalecimento de associações agrícolas. As suas estratégias consistem, entre outros aspectos no apoio em técnicas modernas de cultivo para o aumento da produção; aconselhamento para a prática de culturas de rendimento e de consumo; apoio na construção de celeiros; na reabilitação de regadios e acessos aos campos de cultivo; bem como na distribuição de sementes (Relatório Anual de Pobreza, 2005:25). Nota-se assim, que existe um reconhecimento pelo Governo do papel das associações agrícolas para as intervenções de desenvolvimento rural<sup>6</sup>, tal desenvolvimento passa pela redução da pobreza.

Ora, o objectivo para o qual são financiadas e apoiadas as associações agrícolas parece ser claro para os promotores do associativismo, mas pouco claro para os próprios beneficiários. Razão que, na óptica de Luzzati & Navarra (2004), leva ao fracasso se não o próprio desaparecimento prático das associações, passando estas a existir nominalmente, devido ao fraco engajamento dos seus membros.

Mais do que procurar as causas de fraco envolvimento, trata-se, neste caso, de compreender as lógicas que levam os camponeses da Aldeia de Massaca no Distrito de Boane a envolverem-se em associações agrícolas, especificamente na Associação de Regantes de Massaca e, conseqüentemente, as implicações desta associação na sua vida, no que concerne à melhoria das suas condições sócio-económicas.

---

<sup>5</sup> Dados estatísticos da UNAC referentes a 2006.

<sup>6</sup> Na óptica de Ferrinho (1993:11) o desenvolvimento rural pode ser entendido como a introdução de inovações nas formas de pensar, sentir e agir das populações rurais relativamente a todos os aspectos da sua vida, nomeadamente, o ambiente, organização social, cultura, saúde, educação, economia e personalidade das pessoas.

Assim sendo, o aumento numérico das associações agrícolas e paradoxalmente a sua existência nominal, levou-nos a problematizar a temática levantando a seguinte **questão de partida**: *Quais os motivos que levam os camponeses de Massaca a se envolverem na Associação de Regantes de Massaca, uma associação do tipo agrícola?*

Como forma de resposta provisória à nossa pergunta de partida, levantamos a seguinte **hipótese**: Os camponeses envolvem-se na associação por motivos meramente individuais com expectativas de reduzir os efeitos da pobreza.

### **1.3. Objectivos**

Dum modo geral, com o presente trabalho pretendemos compreender a relação que se pode estabelecer entre o associativismo agrícola e a pobreza, partindo das lógicas que levam os camponeses a organizarem-se em movimentos associativos; de modo específico pretendemos:

- Perceber as lógicas e objectivos de criação das associações agrícolas;
- Captar as percepções locais sobre a pobreza;
- Entender as lógicas que levam os camponeses a associarem-se e a participarem em movimentos associativos, e;
- Compreender as implicações e o papel das associações agrícolas na vida dos camponeses.

### **1.4. Metodologia**

Com o propósito de alcançar o objectivo deste trabalho, que é o de compreender a relação que se pode estabelecer entre o associativismo agrícola e a pobreza partindo das lógicas que levam os camponeses a organizarem-se em movimentos associativos, iremos, de seguida, apresentar os procedimentos metodológicos que permitiram para o alcance do objectivo:

O presente trabalho, é principalmente um estudo empírico, cujas experiências se baseiam no trabalho de campo efectuado em Massaca sobre questões relacionadas com o associativismo e a pobreza no Distrito de Boane.

Assim, optamos por uma recolha qualitativa dos dados, visto que os objectivos propostos neste trabalho têm um carácter qualitativo, na medida em que procuram “captar significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo; 1994;22). Ao optarmos pelo método qualitativo, pretendemos obter uma compreensão mais aprofundada e exaustiva sobre a problemática aqui levantada, procurando analisar o fenómeno do associativismo em Massaca a partir dos discursos, dos significados e das motivações dos actores sociais envolvidos nestes grupos sociais no contexto rural.

Este método foi acompanhado por uma **análise bibliográfica** de obras relacionados com o tema em análise, nomeadamente: documentos oficiais do governo (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta-PARPA), Programas (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PRORURAL), Relatórios, dados estatísticos e trabalhos de cunho académico que retratam a questão do associativismo em contexto de pobreza e desenvolvimento rural.

#### **1.4.1. Procedimentos**

Em termos de procedimentos optamos pelo **estudo de caso**, que insidiu sobre a Associação de Regantes de Massaca, da qual tomámos os camponeses membros da associação, que são os principais agentes como objectos de análise. Esta escolha, fundamenta-se pelo facto de “o estudo de caso possibilitar a penetração em uma realidade social, não conseguida por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (Martins; 2006:9).

Um outro aspecto refere-se à escolha da Associação de Regantes de Massaca, que se deveu ao facto de ser uma das primeiras associações a ser constituída no âmbito do Projecto Integrado de Desenvolvimento Rural e por ter sido alvo de vários apoios com o

propósito de desenvolvimento do contexto geográfico onde se localiza e ainda pelo facto de ser das poucas associações que, em termos do período de formação, se enquadra no período que pretendemos analisar (1995-2007).

A escolha do Distrito de Boane para a realização da pesquisa, justifica-se pelo facto de ter sido um dos distritos da província de Maputo que se beneficiou da instalação de sistemas de regadio, em resposta às necessidades de desenvolvimento e ao aproveitamento de dois recursos naturais de que o distrito dispõe em abundância, nomeadamente, os recursos hídricos e terra fértil, e ainda pelo facto de ser um distrito de fácil acesso.

#### **1.4.3. Trabalho de campo**

A pesquisa, decorreu durante os meses de Maio e Junho de 2007. O **grupo alvo** foi constituído por membros da Associação de Regantes de Massaca em Boane.

Este período mostrou-se pouco satisfatório para a nossa pesquisa, pois sendo período fresco, os camponeses passam a maior parte do seu tempo nas machambas do sequeiro, tendo, assim, pouco envolvimento na machamba da associação (irrigada). Esta situação reflectiu-se na dificuldade de encontrar membros para as entrevistas, pois, possivelmente, se encontravam nas machambas do sequeiro.

Esta dificuldade foi contornada graças à acção dos informantes-chave (membros da direcção da associação) que, prontamente, nos puderam encaminhar às residências dos membros onde decorreram algumas entrevistas.

A amostra para as entrevistas foi **estratificada**, formando-se, no entanto, dois grupos: o Masculino e o Feminino. Assim, dos 198 membros da associação, 11 (onze) – dos quais 5 são do sexo masculino e os restantes 6, do sexo feminino - foram escolhidos de uma forma aleatória e constituíram a nossa amostra. Deste modo, admitimos que houve uma representatividade em termos de género, que, por sua vez, possibilitou-nos ter uma dupla visão sobre o significado e implicações do associativismo na vida dos associados, tanto os do sexo feminino assim como os do sexo masculino.

Assim, adoptamos três critérios para a selecção da amostra para as entrevistas: Primeiro, o facto de ser membro activo da associação, pois estes nos poderiam dar informações dos momentos que marcaram a vida da associação, assim como as implicações da associação para as suas vidas, em termos comparativos do período da entrada e o período actual, embora não fosse o nosso objectivo fazer uma análise comparativa; Segundo, não pertencer a outras associações do género, pois assim evitaríamos que os membros nos pudessem falar das implicações do associativismo nas suas vidas, não só em função da associação em análise, mas também em função das outras, das quais possivelmente eles façam ou tenham feito parte;

E, por fim, ser chefe de um agregado familiar, pois assim, acreditamos que, para estes, possivelmente a associação poderá ter algum impacto, não só na vida do membro, mas também na da sua família, o que também nos interessa nesta pesquisa.

Em Massaca foi entrevistado o Secretario da Aldeia como entidade do poder local, pretendeu-se saber dele a relação que existe entre a comunidade e a associação. Entrevistámos igualmente alguns funcionários do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural affectos na Direcção Distrital da Agricultura de Boane e o Presidente Distrital da UNAC. Destes pretendêmos obter informações relativas ao número de associações que existem no Distrito de Boane, assim como os possíveis apoios em termos de extensão, insumos, dentre outros por parte do governo para a associação. Estas informações foram usadas no estabelecimento da possível relação entre o governo distrital e a associação em estudo.

Para a recolha de dados, aplicámos a técnica de **observação não participante** e fez-se uso de **entrevistas individuais** semi-estruturadas com base num guião<sup>7</sup>, que continha perguntas que retratavam, de uma forma geral, aspectos ligados ao associativismo e a problemática da pobreza. Estas foram dirigidas ao grupo alvo, membros da associação a

---

<sup>7</sup> Ver anexos



fim de colher informação sobre aspectos considerados relevantes para a compreensão da problemática aqui levantada.

Optámos por esta técnica, pois ela permitiu explorar mais amplamente as questões que foram colocadas, visto que possibilitou a liberdade do entrevistado em desenvolver cada situação, em qualquer direcção que considerasse adequada.

O contacto com os membros da associação entrevistados, foi possível graças à colaboração de alguns membros envolvidos na liderança da associação, nomeadamente, o Presidente e o fiscal da associação, que, antecipadamente, entraram em contacto com os outros membros da associação. As entrevistas decorreram nas machambas, nas residências dos membros e na sede da associação, durante o período em que duraram as visitas diárias em Massaca.

#### **1.4.2. Tratamento dos Dados**

Terminada a fase de recolha de dados, procedeu-se à sua análise, nesta fase foi feita a transcrição das informações gravadas em mini-cassetes (fitas magnéticas). Posteriormente, fez-se o agrupamento de dados, ou seja, a organização das respostas de acordo com as perguntas feitas. Esta fase permitiu seleccionar informações consideradas essenciais para a pesquisa e, finalmente, fez-se a leitura, a interpretação e a análise das informações colhidas.

## II. CONTEXTO HISTÓRICO

Em Moçambique, o associativismo e o cooperativismo agrícolas, podem enquadrar-se em quatro períodos distintos da história do país, nomeadamente, a era colonial, o pós independência, durante a implementação do Programa de Reabilitação Económica e durante o período que precede o fim da guerra civil.

No período colonial, “a ideia de formação de uma associação de agricultores surgiu durante a realização do Congresso Operário, em Maio de 1915, que debateu os problemas de pequena agricultura” (Rocha; 2002:143).

Para além de alguma forma de contradição existente entre os proprietários e os trabalhadores rurais, para Adam (1986), o movimento associativo neste período, caracterizou-se por:

*“Diversidade de designações genéricas para as organizações cooperativas; diferença de princípios legais e de processos de aprovação dos estatutos segundo a cor da pele dos associados, isto reflectiu-se pela existência neste período, de dois grandes grupos de organizações que reflectiam as divisões existentes na sociedade colonial”* (Adam;1986:31).

Portanto, havia um grupo de organizações que englobava associações de colonos, constituído por indivíduos de raça branca, com pleno gozo dos direitos jurídicos, civis e políticos e que, nas suas actividades, contava com um amplo apoio do Estado, sobretudo, em termos de financiamento e apoio técnico (Insumos, equipamento agrícola entre outros). Outro grupo de organizações, era formado por “indivíduos negros, abrangidos pelo estatuto indígena, sem os mesmos direitos que a população colona e recebendo um apoio do Estado que consolidava a divisão existente na sociedade colonial” (Adam;1986:31).

Com a independência de Moçambique, em 1975, o Governo mobilizou os camponeses a organizarem-se em cooperativas, que ocupavam machambas extensas e albergavam um número elevado de camponeses, estas machambas denominavam-se Machambas Estatais.

*“As Machambas Estatais deviam ser formadas a partir das antigas plantações e da junção das parcelas agrícolas mais pequenas dos colonos portugueses. Elas deviam ser o ponto fulcral da estratégia agrícola, produzir bens de exportação e cobrir uma grande parte das necessidades totais de bens alimentares do país” (Abrahamsson & Nilson; 1994:38).*

No 3º Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1977, o governo adoptou uma política de desenvolvimento assente na socialização do campo, com o intuito de alterar profundamente as relações de produção até então vigentes, pois pretendia-se uma transição para uma sociedade socialista. O governo da FRELIMO assumiu que o desenvolvimento rural seria promovido através da produção em empresas estatais, a produção em moldes colectivos, ou seja, em cooperativas. Neste período, a cooperativização agrícola devia ser o instrumento principal da liquidação da fome, da miséria, da nudez e do analfabetismo<sup>8</sup>.

O movimento cooperativo continuou até à altura do surgimento do Programa de Reabilitação Económica (PRE), quando o governo adopta a política de liberalização do mercado. “Com o acentuar da crise económica de 1980/84 no país<sup>9</sup>, algumas cooperativas, que até então beneficiavam do apoio estatal, desapareceram, outras transformaram-se em associações” (Valá; 2002:16).

Verifica-se neste período um fraco desenvolvimento das cooperativas, devido a vários factores, dentre eles há que considerar:

---

<sup>8</sup> Cf. Ministério da Agricultura 1982

<sup>9</sup> República Popular de Moçambique.

*"...resultados económicos e produtivos fracos, a não criação da consciência cooperativista; o Estado não afectou para as cooperativas quadros, técnicos e gestores qualificados; o equipamento e as infra-estruturas, dum modo geral, foram praticamente fornecidos gratuitamente o que dificultou a tomada de consciência sobre os custos, valor, importância e o sentido de propriedade dos bens." (Valá; 2002:16).*

“Em 1992, com o fim da guerra civil, há um incremento de transformações sociais, políticas e económicas, assistindo-se ao ressurgimento da sociedade civil<sup>10</sup>, acompanhado do aumento do número de ONG's e do surgimento de associações de base comunitária” (Massingarella & Vugt citados por Honwana; 2004:6).

O movimento associativo neste período, é caracterizado pelo grande incentivo financeiro do governo e legalização das associações agrícolas, que até então não se encontravam legalizadas. Isto deveu-se ao facto de o governo ter reconhecido que o movimento associativo constitui pilar para a redução da pobreza no meio rural, tal como afirma Valá:

*«... as cooperativas e associações agrícolas desempenham um papel, cada vez maior, na promoção da economia e no desenvolvimento social, especialmente, nas áreas rurais, no que respeita ao melhoramento da comercialização, novas técnicas agrícolas, mais créditos e serviços e mais pessoas treinadas e experientes» (Valá; 2002:6)*

Com este reconhecimento, as várias políticas adoptadas pelo governo passaram a incorporar o movimento associativo como uma das estratégias de desenvolvimento rural e alívio à pobreza absoluta que afecta cerca de 69.4%, ou seja, cerca de 2/3 da população. Destes 80% vive nas zonas rurais<sup>11</sup>.

Na componente agricultura e desenvolvimento rural, o PARPA I considera, como um dos objectivos, a promoção da cultura do associativismo entre a população campestre. O

---

<sup>10</sup> Para Dahrendorf (1996), por sociedade civil entendem-se as associações em que vivemos a nossa vida, e que devem a própria existência mais às nossas necessidades e às nossas iniciativas do que ao Estado.

<sup>11</sup> Cf. PARPA 2000-2004

mesmo pensamento volta a ser reflectido no PARPA II, ao se considerar o fortalecimento do associativismo como um dos desafios do desenvolvimento rural.

Assim, a cultura do associativismo seria promovida através dos serviços de extensão<sup>12</sup>. Com estes serviços de extensão, os produtores são encorajados a associarem-se de forma a identificarem e resolverem os problemas identificados pelas comunidades e se responsabilizarem, de forma crescente, no processo de disseminação de informações sobre o aumento da produção e produtividade.

---

<sup>12</sup> Extensão é o processo de estender, ao povo rural, conhecimentos e habilidades, sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida. In: [www. Proasne/net](http://www.Proasne/net) desenvolvimento sustentável. Consultado no dia 20 de Outubro de 2007.

### III. QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO

No presente capítulo, nos propomos a apresentar os conceitos analíticos que consideramos importantes na nossa pesquisa. Assim sendo, serão apresentados e definidos os conceitos de *pobreza*, *associação* (agrícola) e de *comunidade*. De seguida, apresentamos a referência teórica que servirá de suporte para a explicação do problema levantado.

#### 3.1. Conceptualização

##### 3.1.1. Pobreza

A pobreza pode ser concebida em duas dimensões: a de pobreza absoluta e a de pobreza relativa. O conceito de *pobreza absoluta* está enraizado na ideia de subsistência – as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Assim, “as pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana – tal como comida suficiente, abrigo e roupa, vivem em situação de pobreza” (Giddens; 2004:313).

A abordagem de privação define pobreza absoluta como condição caracterizada por privação severa de necessidades humanas básicas. Segundo esta abordagem, são sete os indicadores de privação severa nomeadamente: alimentos, água potável, instalações de saneamento, saúde, abrigo, educação e informação (UNICEF; 2006:28).

Assim, esta abordagem assume que estarão numa condição de pobreza absoluta os indivíduos que estejam privadas destes indicadores, portanto, não basta que os indivíduos não consigam satisfazer as necessidades alimentares para que se considerem pobres absolutos. A pobreza absoluta é mais do que isso, é também falta de acesso a água potável, instalações de saneamento, saúde, abrigo, educação e informação.

A segunda dimensão da pobreza que se deve ter em conta, é a de pobreza relativa, ela relaciona a pobreza com um padrão de vida geral prevalecente numa determinada sociedade.

É um conceito culturalmente definido, ou seja, através de um padrão de vida que uma certa sociedade cria, define-se quem é ou não relativamente pobre. Assim, é errado assumir que as necessidades humanas são idênticas em todo o lado. A noção de pobreza relativa definir-se-á, como sendo “a falta de recursos considerados necessários para a manutenção de um padrão de vida considerado normal na sociedade” (Ferreira; 1995:328).

Na tentativa de explicar as causas da pobreza, Chambers (1993), mostra a relevância dos factores como a guerra e conhecimentos locais, e considera que “a pobreza é um fenómeno multidimensional e a interpretação dos conhecimentos locais dos pobres constitui uma tarefa nova para os cientistas sociais” (Chambers 1993:3).

Nos estudos analíticos sobre a pobreza em Moçambique (Pobreza e Bem Estar em Moçambique, PARPA etc.), o conceito de pobreza absoluta foi definido como incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência. Tais condições mínimas foram identificadas com uma linha de pobreza alimentar, estabelecida pelos padrões nutricionais de aproximadamente 2.150 kilocalorias/pessoa por dia, acrescida de uma porção modesta na base do consumo não-alimentar dos agregados que sofrem de insegurança alimentar (PARPA 2000-2004). Em termos monetários, a linha de pobreza nacional foi fixada em 5.433 Mt/pessoa por dia (PARPA 2000-2004).

Esta definição de pobreza foi reformulada no PARPA II (2006-2009). Embora representado sobre medida baseada no consumo, na sua análise da pobreza, o PARPA II adoptou uma nova definição de pobreza definida como a “impossibilidade por incapacidade ou falta de oportunidade, de indivíduos, famílias e consumidores de terem

acesso a condições mínimas, em conformidade com as normas da sociedade". (PARPA II, 2006:8).

A medida baseada no consumo apresenta limitações, pois ela produz uma medida não de consumo real do agregado, "mas da capacidade para satisfazer necessidades básicas; mas dizer que um agregado familiar satisfaz necessidades básicas não significa mostrar que realmente o faz" (UNICEF; 2006:44).

As diferentes abordagens e dimensões da pobreza apresentadas, realçam alguns aspectos em comum, o facto de a pobreza estar ligada directa ou indirectamente a falta por incapacidade ou privação de bens (materiais e sociais).

Assim sendo, no presente trabalho concebemos pobreza não em termos relativos ou absolutos, mas como sendo a incapacidade de satisfazer as necessidades básicas (alimentação, saúde, habitação, educação, água, emprego) ou se são satisfeitas é de uma forma inadequada.

### **3.1.2. Associação (agrícola)**

Em termos sociológicos, a noção de associação parte da noção de grupo social. "Uma associação é um grupo social que distingue dos outros por ter algumas características específicas a saber: possuir um objectivo preciso (um objecto) que mobiliza os aderentes para a sua realização; uma especialização funcional" (Campos; 1998: 32).

*"Uma associação agrícola é uma associação, logo um grupo social, que apresenta, relativamente às demais associações características particulares: os seus membros são profissionais da agricultura; o seu objecto situa-se, no âmbito geral, das actividades agrícolas e ou de representação, defesa e promoção dos interesses sócio-agrários; a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários" (Campos; 1998: 32).*



Literalmente o termo *cooperativa* tem sido usado no lugar do de *associação*, pois os dois conceitos tendem a descrever a mesma realidade, são ambas organizações de base local e comunitária, com o objectivo de melhoria das condições de vida dos indivíduos neles inseridos.

Assim, para o presente trabalho várias vezes usaremos o termo *cooperativa* para designar uma associação agrícola, isto deve-se ao facto de ambas serem organizações de base comunitária com o objectivo de melhorar a vida dos seus membros; deve-se também ao facto de a maioria da bibliografia consultada não apresentar fronteiras significativas entre os dois conceitos, mas fica sempre claro que o nosso objectivo é analisar associação e não cooperativa.

### 3.2.3. Comunidade

Weber (1984:97), define *comunidade*, partindo da diferença desta com a sociedade. Assim, considera *sociedade* a uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social se inspira numa compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou, também, numa união de interesses com igual motivação, enquanto que *comunidade* diz respeito a uma relação social se e na medida em que a atitude na acção social se inspira na vontade subjectiva (efectiva ou tradicional) dos participantes de construir um todo.

Deste modo, enquanto que a pertença à sociedade, ou associação, assenta numa partilha de interesses, marcada por uma vontade orientada por motivos racionais, já a comunidade é entendida como um grupo a que se pertence por aceitação de valores afectivos, emotivos ou tradicionais.

Durkheim definiu dois tipos de sociedade: aquela em que predomina a solidariedade mecânica e a que é caracterizada pela solidariedade orgânica. Na solidariedade mecânica, a solidariedade resulta da semelhança entre os membros ou indivíduos e a lei é de natureza repressiva. Na solidariedade orgânica, a solidariedade resulta da dependência imposta pela divisão do trabalho na sociedade e a lei civil é restritiva (Homero; 1972:7).

De acordo com Homero (1972) citando Elliat e Merrill, a comunidade envolve dois aspectos relacionados, o geográfico e o psicológico. "Num sentido geográfico a comunidade é uma distribuição contígua de pessoas e instituições. Num sentido sócio-psicológico, pode ser considerado em termos de elementos psicológicos que a tornam numa entidade vivente" (Homero;1972:7).

*"A comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais ou espontâneos assim como por objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada indivíduo. Um sentimento de pertença à mesma colectividade domina o pensamento e as acções das pessoas, assegurando a cooperação de cada membro e a unidade ou a união do grupo. A comunidade é pois um todo orgânico no seio do qual a vida e o interesse dos membros se identificam com a vida e o interesse do conjunto" (Rocher;1989:168).*

Desta breve discussão sobre o conceito de comunidade, para o presente trabalho concebemos comunidade como grupo de pessoas residentes num determinado espaço geográfico, caracterizado por laços comuns, valores afectivos e formas de relacionamento específicos que dão um sentido de pertença a uma colectividade.

### **3.2. Abordagem Teórico**

Nesta parte do trabalho, procuramos apresentar o estado de arte sobre o tema em análise, apresentando as várias abordagens existentes sobre a temática e destas escolhemos a que melhor explica o nosso problema.

Sobre o associativismo e pobreza, de forma isolada, existe uma rica bibliografia, mas sobre a sua relação e as motivações do envolvimento dos camponeses existe pouca bibliografia, principalmente, que faça uma abordagem sociológica, salvo alguns relatórios produzidos por ONGs nacionais e internacionais que actuam nesta área, como é o caso da Cooperação Italiana que publicou, em 2000, um estudo sobre o papel das cooperativas agrícolas para a redução da pobreza nos países em vias de desenvolvimento.

Na sua maioria, as obras relacionam o associativismo agrícola e desenvolvimento rural, tentando mostrar de que modo o associativismo de tipo agrícola pode ser impulsionador de desenvolvimento nas áreas essencialmente rurais. Embora Casal (1996) e Homero (1972) façam uma abordagem crítica, trata-se, de modo geral, de um debate teórico que enfatiza o papel do associativismo para o desenvolvimento, nesta linha apontamos Beaudoux & Nieuwerk (1988), Campos (1999) e Valá (2002).

A ideia do associativismo agrícola como instrumento de redução da pobreza e desenvolvimento rural em Moçambique, vem sendo promovida desde a década de 1970.

O 3º congresso da FRELIMO, em 1977, e a 8ª reunião do Comité Central (Fevereiro de 1976), definem que a base económica de uma aldeia comunal deve ser construída pela produção estatal (empresas agrárias do estado) e pelas cooperativas (Casal;1996:185).

Estas ideias justificavam-se na urgência com que as necessidades alimentares da população rural deveriam ser satisfeitas. Deste modo, o papel das cooperativas seria o de instrumento nas mãos dos camponeses que os permite puderem exercer o controlo sobre a produção e satisfazer as suas necessidades alimentares.

Esta forma de produção colectiva implantada trouxe consigo o problema da produção familiar, ou seja, “ao se optar pela produção colectiva deixava-se de lado a possibilidade dos camponeses continuarem nas suas machambas individuais passando a dedicar-se mais a machamba colectiva” (Casal; 1996:186).

*“A questão da produção familiar é posta, no entanto, não em termos de articulação com a produção cooperativa, mas em termos de exclusão e de passagem de um tipo de produção para o outro, como se tratasse de duas formas de produção que se repelem ou se excluem” (Casal; 1996:186).*

A estratégia de tomar a agricultura a partir da organização dos camponeses, em moldes associativos, volta a reflectir-se actualmente em discursos e documentos oficiais do Governo e nos planos de acção para a redução da pobreza, ao considerarem “o fortalecimento do associativismo e organizações de base como um dos principais desafios de desenvolvimento rural” (PARPA II, 2006: 70).

Estas ideias, ressurgem depois de um período de quietude, mas agora com uma nova designação (associação dos camponeses), apontam-se como causas desta mudança de designação as consequências negativas da experiência das cooperativas.

“O êxito desta experiência foi notoriamente negativo como resultado dos métodos autoritários usados, cujo impacto sobre a população foi tão duro, que o termo *cooperativa* nos campos moçambicanos suscita ainda hoje reserva e desconfiança”. Luzzati & Navarra (2004:33)

Já não se fala de “cooperativa”, mas de associação; já não se fala de aldeia comunal, mas de comunidade rural, mas prevalece a ideia de que é organizando-se em grupos de forma “voluntária” que as comunidades rurais podem resolver os problemas de fome e de pobreza, e assim atingirem um certo nível de desenvolvimento.

Valá (2002:27) no seu artigo sobre o Associativismo Agrícola e Desenvolvimento local no Chókwe, considera que investir, directa e inequivocamente, na produção e no associativismo agrícola em Moçambique é um mecanismo de reduzir a pobreza rural, assim sendo, para este é necessário subsidiar a agricultura e intervir no fortalecimento das organizações de agricultores.

O mesmo autor, deixa ainda bem claro que esta não é tarefa fácil, pois:

*“... por mais poderosa que seja a organização associativa na agricultura, ela não é suficiente para combater os factores de debilidade económica intrínseca do sector agrícola, pelo que carece ser apoiada, e fortalecida com decisões corajosas dos governos preocupados em defender interesse público”* (Valá; 2002:27).

As associações camponesas contribuem para a melhoria de vida económica e social das aldeias, uma vez que possibilitam aos camponeses um abastecimento e uma comercialização melhores dos seus produtos. Elas contribuem, muitas vezes, também para a realização de investimentos na aldeia: compra de equipamentos de socorro, compra de uma bomba ou mesmo construção duma escola utilizando os fundos da associação Beaudoux & Nieuwerk (1988:114).

Estes autores, enfatizam que a associação, sendo uma organização com objectivos de produzir bens e serviços agrícolas, por sua vez, esta produção possibilita aos próprios camponeses o alcance de uma certa estabilidade económica, social que a título individual seria difícil alcançá-la e contribuir assim para o seu bem estar e dos seus familiares.

Na mesma perspectiva, mas com mais enfoque para as associações que gerem instalações hidrográficas, Campos (1998), apresenta uma abordagem sociológica, referindo-se sempre ao papel das associações agrícolas no processo de desenvolvimento. Assim, “uma associação como grupo social, tem como objectivo a defesa e promoção dos interesses sócio-agrários; a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários” (Campos; 1998: 32).

Nesta ordem de ideias, Campos apresenta um quadro classificatório das associações composto por quatro categorias que ele designa por grupos, que ilustram o contributo de cada tipo de associação para o desenvolvimento da região em que foi implantada.

Assim sendo, temos: Grupo I – obras de interesse nacional, visando uma profunda transformação das condições de exploração agrária de uma vasta região; Grupo II – obras de interesse regional; Grupo III – obras de interesse local com impacto colectivo; Grupo IV – obras de interesse particular.

*“As associações e obras hidrográficas, de uma forma geral têm uma importância efectiva para o desenvolvimento económico e social do país ou de uma sua parcela maior*

*ou menor ou ainda, das explorações agrícolas individualmente consideradas. Nesta óptica, acentua-se o contributo para o desenvolvimento que se espera, assim, a estimativa desse contributo é, seguramente, o elemento decisivo para a sua concepção e construção” (Campos; 1998: 139).*

Em relação ao papel do movimento associativo como instrumento de desenvolvimento rural, há que destacar autores que, de uma forma crítica, mostram as causas do fracasso deste modelo de desenvolvimento rural.

Nesta linha, Casal (1996), embora corroborando a ideia de que Moçambique é um dos países que devem resolver o problema do seu desenvolvimento básico a partir da agricultura, ele mostra que a forma como foi implantado o movimento cooperativo em Moçambique não teve resultados satisfatórios dado o facto de não terem sido observadas questões relativas a produção familiar, o carácter político-ideológico a que foi submetido o movimento cooperativo, aliado a obstáculos de ordem antropológica, histórica dos próprios camponeses que foram negligenciados.

De um modo geral, Casal (1996), apresenta uma abordagem endógena de desenvolvimento assente no associativismo, ao considerar que as cooperativas não têm êxito quando organizadas pelo governo ou quando baseadas em mercadorias de grande volume e baixo valor, facilmente vendidos pelos comerciantes privados.

Na mesma linha, o estudo do Banco Mundial (1990) sobre a agricultura na África Subsaariana mostra que, para o êxito a cooperativa tem que ser voluntária e gerida de baixo para cima, ou seja, a partir da base da associação, constituída pelos próprios membros. Entretanto, os governos podem prestar assistência técnica, como assessoria em contabilidade, direitos jurídicos e tecnologia. São também úteis as leis que ajudam a facilitar o estabelecimento ou a dissolução de uma cooperativa (Banco Mundial; 1990:124).

Estudos actuais sobre o movimento associativo, como é o caso do estudo da Cooperação Italiana levada a cabo por Luzzati & Navarra (2004) sobre as cooperativas como instrumentos de luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento, tomando Moçambique como estudo de caso, revela que este movimento está longe de responder às exigências em termos de benefícios tangíveis a favor dos associados, pois elas não se mostram dotadas de uma força capaz de detonar um verdadeiro processo de desenvolvimento.

Como causa o estudo aponta a insuficiência de técnicos, em especial de agrónomos, nas equipas enviadas para o trabalho de campo; a tendência de muitos dirigentes de associações a escolher a lógica de interesse pessoal, chegando às vezes, à verdadeira apropriação indébita, em vez da promoção do bem-estar colectivo e o efeito desestimulador ou inibidor da ajuda.

Na óptica de Homero (1972), os fracassos cooperativos no terceiro mundo devem-se muito a má compreensão que os responsáveis pela implantação das cooperativas nestas regiões tem mostrado sobre o que na realidade é o verdadeiro cooperativismo, o que os levou, em regra a não enxertarem o movimento nas formas locais de ajuda mútua mas pura e simplesmente a transplantarem as formas ocidentais para novos meios com desprezo pelos condicionalismos locais Homero (1972:39).

*"... A ideia cooperativa deve ser misturada com as tradições de ajuda-mútua e a capacidade de trabalhar em conjunto que podem possuir os habitantes dum dado país, para que estes a considerem como uma instituição local e não um produto importado. Para que a cooperativa atinja os objectivos a que foi criada, sejam elas o desenvolvimento rural ou de ajuda entre os membros, é preciso que sua introdução tenha em atenção não só os princípios cooperativos (não as regras práticas definidas para outras situações), mas também a comunidade, suas tradições e costumes..."*(Homero, 1972:39).

Esta constatação, mostra a importância de factores sócio-culturais inerentes às próprias comunidades onde se deseja instalar ou incentivar o associativismo, ou seja, que o factor último do associativismo, quer seja o desenvolvimento rural, ou de ajuda-mútua, deve estar incrustado a factores sociais, culturais, aos hábitos e costumes das próprias comunidades.

Quando não se toma em consideração a estes factores, as associações assumem o que Luzzati & Navarra (2004) consideram carácter nominal da associação, ou seja, associações registadas, mas que os seus membros somente aparecem em momentos em que a associação recebe apoios.

No presente trabalho, mais do que fazer uma crítica ao movimento associativo, pretendemos analisar as motivações do envolvimento dos camponeses na associação, assim como suas implicações na vida dos próprios camponeses, deste modo, das abordagens aqui propostas no que concerne ao papel do associativismo para os seus membros, adoptamos a perspectiva de Campos (1998).

Esta perspectiva, para além de nos dar o conceito de associação numa abordagem sociológica, ao considerar a associação como um grupo social, ela possibilita explicar o papel do associativismo na vida sócio-económica e cultural dos seus associados, o que por seu turno, irá levar ao seu envolvimento na associação. Ou seja, diferentemente das outras análises aqui apresentadas, procura explicar o que leva os camponeses a se envolverem em associações agrícolas, que é nossa preocupação neste trabalho.

Na óptica de Campos, a cooperativa sendo uma modalidade associativa, ela comporta o carácter de empresa na medida em que é uma unidade de produção, isto é, conjunto de pessoas, conhecimentos, bens e serviços organizados com certa autonomia para realizar processos produtivos com intencionalidade económica. Por seu turno, esta intencionalidade, por sua vez, leva os camponeses a associarem-se em cooperativas agrícolas. Portanto, na óptica deste autor, podemos considerar que há uma racionalidade económica, cultural e social no envolvimento dos camponeses na associação.



Como esta perspectiva não possibilita a explicação do que poderá estar por de trás do que se considera comum no envolvimento dos indivíduos, neste caso camponeses em grupos sociais como as associações, nem a sua heterogeneidade, assim como a nossa pretensão em analisar a associação como uma acção colectiva, limitando-se a motivação económica, cultural e social, fomos buscar na teoria sociológica dos grupos, a perspectiva teórica de Mancur Olson (1998) como complementar.

Na óptica de Olson (1998:116), os grupos são, como conjunto de indivíduos, empresas ou nações que tem interesses comuns. A unidade base de análise é o indivíduo que se assume ser racional, no sentido em que escolhe acções adequadas para alcançar os seus objectivos fins, nesta lógica, para salvaguardar tais fins, os indivíduos se organizam e formarão grupos.

“Para além de racionais, os indivíduos são também egoístas, os objectivos a alcançar com a acção colectiva são essencialmente de modo a melhorar o seu bem-estar individual, ou seja, que a nível de grupos *económicos*, o comportamento egoísta é bastante comum” (Olson; 1998:115).

À luz desta teoria, podemos compreender que os membros da Associação de Regantes de Massaca, mais do que se organizarem e ou filiarem-se na associação como um grupo com o mesmo objectivo, filiam-se por motivações meramente individual com objectivos e motivos diferenciados e individuais, ou seja que os interesses dos membros nem sempre coincidem quando eles se envolvem em acções “colectivas” das quais no presente trabalho destacamos a associativa.

Porém, interessou-nos na teoria de Olson, a análise da Associação de Regantes de Massaca não como um grupo homogéneo, mas como um grupo social formado por pessoas com interesses individuais e diversificados.

Deste modo, afirmamos que este projecto tem o referencial teórico de explicação do seu problema, enquadrado nos traços da perspectiva de Campos (1999) que considera uma associação como um grupo social. Esta perspectiva teórica far-se-á acompanhar da teoria sociológica dos grupos, a partir da teoria da lógica da acção colectiva formulada por Mancur Olson (1998).

## IV. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o propósito de alcançar os objectivos propostos neste trabalho, que de uma forma geral visam compreender a relação entre o associativismo agrícola e pobreza, a partir da identificação dos motivos que levam os camponeses a se envolverem em movimentos associativos de tipo agrícola, iremos neste capítulo apresentar os resultados da pesquisa realizada em Massaca.

Assim, este capítulo encontra subdividido em várias secções, de acordo com o desenvolvimento dos conteúdos. Assim sendo, para a melhor compreensão dos resultados obtidos no campo, optamos por apresentar quadros ilustrativos dos resultados da pesquisa, no que concerne a motivação para o envolvimento na associação, as concepções de pobreza e as suas causas segundo os associados, assim como as implicações da associação na vida dos membros, começando por apresentar dados de contextualização, passando-se pelo perfil dos associados, criação da associação, entre outros aspectos que se circunscrevem ao Movimento associativo em Massaca – Boane.

### 4.1. Contexto do Movimento Associativo em Boane

O movimento associativo em Boane data desde o período pós independência. Nessa época, os camponeses estavam organizados em cooperativas, dentre as quais se destaca a cooperativa 25 de Setembro, actualmente transformada em associação, embora preservando o termo cooperativa.

Boane conta actualmente com mais de 20 associações agrícolas, das quais somente 15 se encontram legalizadas e contam com cerca de 950 membros<sup>13</sup>. Durante os anos 80 surgem novas formas de associações resultantes dos efeitos do conflito armado entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a FRLELIMO. Com o conflito

---

<sup>13</sup> Dados obtidos em entrevista ao Presidente Distrital da UNAC

armado, os camponeses aglomeraram-se nas zonas ribeirinhas perto da vila e praticaram a agricultura, de princípios em moldes individuais. Na necessidade de se canalizar apoios do Fundo de Emergência, as entidades estatais organizaram os camponeses em grupos<sup>14</sup>. Foi com base nesses grupos que se criaram estas associações que tinham a agricultura como a actividade principal de rendimento e sustento.

Uma outra modalidade de criação das associações foi a do desaparecimento das antigas cooperativas agrícolas causado pelas desistências dos membros, pois não viam benefícios nesta forma de organização, segundo o depoimento do Presidente Distrital da UNAC-Boane. Os antigos membros das cooperativas uniram-se, depois, e, com o apoio e incentivos estatais, fundaram as associações.

#### **4.2. Perfil Sócio-económico dos Entrevistados**

Em termos de idade a amostra da presente pesquisa caracteriza-se por pessoas com idades que variam de 29 a 52 anos de idade, sendo a média de 36 anos. Os agregados familiares variam de 3 a 10 pessoas por família. Na sua maioria, os membros entrevistados têm um agregado familiar constituído por mais de cinco (5) pessoas.

No que diz respeito à escolarização, os dados mostraram-nos que nos membros da associação entrevistados, possuem uma escolarização que varia do nível primário ao nível superior, distribuídos do seguinte modo, um membro entrevistado afirmou não possuir nenhuma instrução escolar formal, seis membros afirmaram possuírem nível primário, dois nível secundário e, somente, um com o grau de licenciatura. Assim, fazendo uma análise destes dados, podemos concluir que os membros têm um nível de escolarização baixo.

---

<sup>14</sup> Em entrevista com o Presidente Distrital da UNAC no dia 18/04/07

O facto de existirem poucos membros com níveis de escolarização elevados, reflecte a dificuldade que os habitantes de Massaca enfrentam em ingressar em uma instituição de ensino, possivelmente, devido à carência destas na região e/ou a falta de meios para o ingresso ou continuidade, sem deixar de lado o facto de, por ser um meio rural<sup>15</sup>, mais cedo as pessoas se preocuparem em praticar actividades agrícolas, sua principal fonte de sustento.

As habitações em Massaca na sua maioria são feitas com material precário, quintais feitos à base de arbustos, com um pequeno curral para o gado, capoeira e celeiro. Os membros da associação entrevistados, possuem habitações construídas a bloco com cobertura a chapa de zinco, na sua maioria estas casas foram construídas e cedidas aos habitantes de Massaca pela Casa de Gaiato<sup>16</sup> a crédito.

No que diz respeito ao rendimento, os dados nos permitem concluir que o rendimento dos membros da associação entrevistados é proveniente da produção agrícola, visto que na Associação dos Regantes de Massaca (ARM) a produção é virada para o mercado. Há membros que possuem outras fontes de rendimento, ou famílias que têm algum membro no seu agregado que pratica uma actividade remunerável, para além da agricultura.

#### **4.3. Processo da criação da ARM**

A ARM está sediada na aldeia de Massaca que dista 40 km a Sudeste de Maputo e foi criada em 1995, para que os seus membros beneficiassem do sistema de regadio ali instalado, e das infra-estruturas de suporte (casa agrária<sup>17</sup>). O regadio de Massaca foi desenhado e construído por um projecto italiano entre 1992 e 1994 e começou a funcionar em Outubro de 1994. O mesmo tinha como objectivo geral sustentar as famílias

---

<sup>15</sup> Segundo Siqueira & Osório, a base do conceito do meio rural, é a dimensão económica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de actividades: a produção de alimentos através de criação de plantas e animais (Siqueira & Osório; 1999:73).

<sup>16</sup> Organização Humanitária que actua em Massaca

<sup>17</sup> A casa agrária era tida como o centro local para o desenvolvimento agrário. No centro da sua acção estava a extensão rural (VALÁ, 2002:18)

locais com alimentos e dinheiro, através da “produção e comercialização dos produtos agrícolas saídos das parcelas do regadio” (Vijfhuizen; 2001:93).

O sistema de regadio, surge no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural em Moçambique (PRORURAL), financiado pela Cooperação Italiana e pelo Governo de Moçambique, segundo um Memorando assinado no fim das reuniões decorridas de 12 a 21 de Dezembro de 1988, como consequência da visita de uma Missão Técnica da Direcção Geral da Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério de Negócios Estrangeiros da Itália<sup>18</sup>.

*Na altura da criação da associação, foram principalmente as mulheres (70%) que registaram os seus nomes nas parcelas irrigadas, já que anteriormente elas vinham cultivando em sequeiro aquelas terras que agora passavam a regadio. “O facto das parcelas terem sido registadas em nome das mulheres, deve-se também ao facto de grande parte dos homens ter emigrado para a vizinha África do Sul (40km) ou Suazilândia” (20km). Vijfhuizen (2001:93)*

O sistema de regadio cobre cerca de 144 hectares de terra, subdivididos em 223 parcelas de 0,64 há (80m x 80m) cada e igual número de membros. Actualmente, a associação conta com cerca de 198 membros inscritos<sup>19</sup>.

Em termos estatutários, a ARM tem como objectivos<sup>20</sup>:

- *Assegurar a gestão e aproveitamento correcto do sistema de regadio, a defesa do solo, a tutela das áreas de exploração agrícola e dos recursos hídricos, por forma a garantir o fornecimento e a distribuição da água em moldes nacionais e equitativos conforme projecto de exploração;*

<sup>18</sup> Ministério de Agricultura-Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola. Intervenções para a fase prioritária (versão actualizada). 1990.

<sup>19</sup> Dados fornecidos pelo Presidente da Associação em entrevista na Massaca no dia 11 de Maio de 2007

<sup>20</sup> Artigo quarto dos estatutos da Associação dos Regantes de Massaca

- *Organizar as infra-estruturas, pessoas, equipamentos e recursos hídricos ou outros, de maneira a assegurar o funcionamento contínuo do sistema de regadio e uma exploração conveniente;*
- *Garantir a operacionalidade, manutenção dos equipamentos e infra-estruturas;*
- *Garantir a auto-sustentabilidade e autonomia do sistema de regadio;*
- *Assegurar a promoção e assistência técnica aos associados de forma a assegurar um correcto funcionamento do sistema de regadio;*
- *Garantir a vigilância sobre as infra-estruturas de drenagem e rega do sistema de regadio;*
- *Definir e apresentar recomendações sobre a utilização do sistema de regadio para fins agrícolas;*
- *Colaborar com outras organizações e entidades na materialização das medidas previstas na lei de terras, na lei das águas e respectivos regulamentos.*

Os objectivos para os quais foi criada a ARM, são pouco conhecidos pelos membros da associação entrevistados. Somente os membros que fazem parte dos órgãos sociais da associação, nos puderam falar dos objectivos da criação da associação, enfatizando factores como a fome e a pobreza como tendo sido a razão da constituição da associação. Pois pretendia-se a sua minimização ou eliminação.

Segundo nos relatou um dos membros da associação e membro dos órgãos sociais, "...o objectivo da fundação da associação, era de lutar com a fome..."<sup>21</sup>

Um outro membro considerou que o objectivo da criação da associação "... era a luta contra a pobreza..."<sup>22</sup>

Esta falta de conhecimento dos objectivos para os quais a ARM foi constituída, possivelmente, seja resultado da falta se não dificuldade de comunicação entre os

<sup>21</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>22</sup> Idem.

membros dos órgãos sociais da associação e os restantes membros. Assim, esta falta de comunicação está aliado a falta duma cultura associativa entre os membros da associação, no sentido em que os seus membros principalmente os membros que não fazem parte dos órgãos sociais da associação poucas vezes se interessam em assuntos relativos a associação. Estes têm uma participação parcial nos assuntos da associação, quando muito só vão à sede da associação no momento de pagamento das taxas, que na maioria das vezes são feitos pelos seus trabalhadores. Aliado a este facto, constatámos que os estatutos nos quais estão apresentados os objectivos para os quais foi criada a associação, não se encontram disponíveis na sede da associação, o que dificulta a consulta destes pelos restantes membros da associação.

Assim, sejam eles conhecidos pelos seus membros ou não, os objectivos pelos quais foi constituída, a ARM são uma iniciativa externa à comunidade de Massaca, com o objectivo de melhoria do bem estar dos habitantes de Massaca e da promoção do desenvolvimento local aproveitando-se para tal os principais recursos naturais ali existentes, nomeadamente, a água e a terra.

#### **4.4. Envolvimento dos camponeses na Associação**

O sistema de regadio de Massaca foi instalado numa área onde as populações locais já praticavam as suas actividades agrícolas. “A agricultura era praticada em sistema de sequeiro em moldes individuais, mas com a instalação do regadio, alguns membros que antes praticavam a agricultura de sequeiro, passaram para a agricultura irrigada” (Vijfhuizen; 2001: 94).

Na óptica do mesmo autor, alguns camponeses, passaram a ter duas ou mais parcelas, sendo uma no regadio e outra no local onde, anteriormente, praticavam a agricultura de sequeiro. As populações que, inicialmente, praticavam as suas actividades no local onde foi instalado o regadio, beneficiaram automaticamente do sistema de rega e assim foram considerados membros da associação.



A associação que ficou denominada Associação de Regantes de Massaca, foi estimulada pelo Projecto Italiano<sup>23</sup>. A Associação foi criada para que os residentes de Massaca se beneficiassem e gerissem o sistema de regadio instalado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Província de Maputo. Acompanhando a entrada “automática” na associação, muitos camponeses residentes em Massaca que praticavam as suas actividades agrícolas noutras áreas, na sua maioria no sequeiro, foram filiando-se à associação, por vários motivos e objectivos.

Assim sendo, em relação a motivação para o envolvimento dos camponeses na associação os nossos dados, permitiram-nos observar 9 factores<sup>24</sup> determinantes para o envolvimento dos camponeses.

Tabela 1<sup>25</sup>: Motivos de envolvimento dos camponeses na Associação

Motivos de envolvimento na Assoc.	Sexo		Idade			Escolaridade					
	M	F	≤30	≤40	>40	Anlf	EP1	EP2	Sec	Tec	Sup
Melhoria de vida	1	1			2	1	1				
Reduzir a pobreza		1			1	1					
Acabar com a fome	1				1			1			
Trabalho conta própria	1		1				1				
Ter machamba irrigada	3	2			1						1
Agri. Única activ. que sabe exercer	1			1			1				
Gosto pela agricultura	2			1					1		
Influência externa		2		1	1		2				
Posse de terra	2		2						1		

Neste leque de motivos de envolvimento dos camponeses na associação, os dados mostram-nos que membros de ambos sexos com idades superiores a 40 anos, na sua maioria com formação académica do nível primário, entraram na associação para resolverem problemas do seu dia-a-dia nas suas famílias. Devido às suas

<sup>23</sup> Ver documentos da PRORURAL, Projecto de desenvolvimento rural integrado Maputo-Tembe-Fundo de Desenvolvimento Agrário.

<sup>24</sup> Ver tabela 1

<sup>25</sup> Entenda-se que houve membros enquiridos que deram mais de uma resposta, razão pela qual o número das respostas parece superar o número da amostra.

responsabilidades como chefes de famílias e pela idade que comportam, possivelmente, estes são os que se mostram mais preocupados em combater a pobreza, resolver os problemas da fome e melhorar de vida com firmeza afirmaram os membros da associação.

Assim, neste conjunto de motivos, o primeiro motivo da entrada na associação tem a ver com a melhoria de vida, que na óptica dos membros da associação significa alimentação e a garantia de acesso aos serviços básicos (educação e saúde). Deste modo, em relação a este aspecto, os nossos inquiridos consideraram que:

*"...o que me fez entrar na associação foi o sentimento de que para melhorar a minha situação familiar, tenho que entrar na associação juntamente com os meus irmãos para juntos fazermos algo para sustentar os meus filhos em casa, assim engajei-me na associação..."<sup>26</sup>*

*"...o que me levou a entrar na associação foi querer combater com a fome. e vínhamos trabalhando naquela área antes de ser associação, antes de ser regadio eram machambas individuais que nos tinham sido atribuídos ali, mas a carência de chuvas naqueles anos 80, fez com que se reclamasse junto ao governo uma barragem, que talvez facilitasse a fazer um regadio..."<sup>27</sup>*

Somente um membro da associação considerou a pobreza como tendo sido a razão do seu envolvimento na associação. Isto, possivelmente, se explique pelo facto da maioria dos 11 membros entrevistados não se considerar pobres, sendo que para eles os pobres são os "outros", ou seja, os que não fazem parte da associação.

Para os membros com idades iguais ou inferiores a 40 anos, a entrada na associação foi por influência externa, ou seja, por agentes governamentais que estiveram envolvidos na instalação do regadio, assim como na constituição da associação. Para estes, a justificativa dos gentes externos para que as populações se filiassem na associação, reside

---

<sup>26</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhaurire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>27</sup> Idem

no facto de se não poder fornecer ou construir um sistema de rega individual. Assim, o ideal era um sistema que pudesse beneficiar colectivamente aos camponeses de Massaca.

Para outros membros, a opção pela associação deve-se, ao facto de a agricultura ser a única actividade que sabem exercer e sobre a qual já tenham adquirido uma larga experiência, assim, a machamba da associação é como se fosse uma fonte de emprego, que permite ter algum rendimento no final de cada campanha agrícola. Por ser uma região essencialmente agrícola, Massaca não oferece, praticamente, outras oportunidades para a aquisição de experiência de trabalho noutras áreas se não a agricultura ou o trabalho na pedreira de Mafuiane, na Barragem dos Pequenos Libombos ou nas infra-estruturas que se localizam ao longo da estrada que liga a cidade de Maputo e Boane.

Isto ilustra de certa forma que a falta de experiência de trabalho noutras áreas profissionais para os residentes de Massaca, condiciona que estes se limitem a praticar a agricultura, não como opção, mas como a única fonte de emprego possível para quem não tem nenhuma formação.

Um membro da associação, considerou o gosto pela actividade agrícola, aliada a sua experiência neste ramo de actividades, como motivo de seu envolvimento na associação:

*"...o que me levou a ser membro da associação é porque gostei daquele trabalho, no principio eu estive a trabalhar num americano, então ali adquiri a experiência da agricultura, então vi que para fazer outro trabalho diferente daquele que já aprendi não dava, vaia a pena eu fazer aquilo que já aprendi e tenho na cabeça..."<sup>28</sup>*

Porém este gosto pela actividade agrícola, é social e geograficamente determinado, no sentido em que, a sua socialização e o meio onde o individuo se encontra inserido somente possibilitaram que ele soubesse aprender e praticar este ramo de actividades.

---

<sup>28</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In Arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

Para os membros mais jovens, com idades iguais ou inferiores a 30 anos, na sua maioria do sexo masculino, a associação é tida como o lugar de realização dos sonhos e constitui uma aposta para o futuro, estes olham a associação com muitas expectativas em relação a sua realização pessoal. A realização pessoal, para estes significa trabalhar por conta própria, isto é, ter sua parcela e seus próprios empregados. Este desejo chegou a levar um dos membros a deixar o seu emprego do mesmo ramo de actividade para se engajar na associação.

*"...eu sai do privado para a associação porque no privado eu trabalhava, agora na associação eu fico já como patrão, é meu aquilo ali, essa machamba é minha, sim, agora ali onde eu estava, estava a trabalhar era machamba de dono..."<sup>29</sup>*

A este motivo de envolvimento na associação, alia-se a um outro, a que no presente trabalho designamos por posse de terra, assim, consideramos o direito de posse de terra, neste caso parcela na associação, por morte ou por outro motivo como uma razão para o envolvimento na associação, na medida em que alguns membros consideraram ter entrado na associação porque herdaram as parcelas dos seus familiares.

*"...o que me levou a entrar na associação é que meu pai e minha mãe começaram a trabalhar na associação enquanto eu era miúdo, então quando faleceu o meu pai fiquei no seu lugar, então comecei a trabalhar na machamba e melhorar mais machamba pois só tinha uma única parcela, aqui consegui ter mais 3 parcelas. Agora tenho 4 parcelas..."<sup>30</sup>*

*"...quem foi o primeiro a participar na associação, não fui eu mas sim, o meu tio já morto, e eu então fiquei com a sua machamba, tendo procedido à troca dos títulos de propriedade a meu favor..."<sup>31</sup>*

---

<sup>29</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhaurire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

As várias experiências aqui descritas, mostram o carácter e motivo individual do envolvimento dos camponeses na associação. Aliado a estes motivos, há que ter em conta um motivo que se mostrou mais frequente entre os membros da associação entrevistados, que é o facto de a associação e seus membros se beneficiarem de um sistema de regadio que possibilita que as suas parcelas tenham água durante todo o ano. Em relação a este motivo que ao mesmo tempo constitui uma vantagem para os membros da associação, alguns associados chegaram a afirmar que se não fosse o sistema de regadio, não sabem se entrariam na associação ou não. "A associação é, para os camponeses, uma forma de beneficiar de algumas vantagens propostas pelas estruturas de desenvolvimento ou de projectos" (Beaudoux & Nieuwerk; 1988: 57).

O sistema de regadio de Massaca, apareceu como solução aos problemas de carência de chuvas que afectava a região de Boane segundo nos relatou um dos nossos entrevistados membro da associação<sup>32</sup>. A carência das chuvas dificultava a prática agrícola, assim sendo, só entrando na associação é que o camponês podia praticar a agricultura durante todo o ano, pois na associação, o camponês tem a oportunidade de ter uma machamba irrigada.

Embora sendo de carácter individual, os dados, mostraram-nos que os camponeses membros da associação, não se envolveram na associação por um e único motivo, embora haja alguns casos desses, mas a sua entrada na associação foi produto de um leque de motivações que culminaram com o seu envolvimento na associação.

Na ARM, na sua maioria, são os membros mais jovens com idades até 30 anos, que se mostram proactivos quanto ao seu engajamento e desenvolvimento de actividades agrícolas. Estes praticam uma agricultura essencialmente virada para o mercado, preocupando-se, não só com a quantidade, mas também com a qualidade dos seus produtos de forma a concorrerem com outros produtores nacionais e internacionais<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Na sua maioria os membros da associação fazem referência aos produtos Sul africanos

Devido a sua força empreendedora<sup>34</sup>, estes chegam a ocupar duas a mais parcelas de cultivo, de forma a que cada parcela tenha uma cultura específica, na sua maioria banana, couve, repolho entre outras culturas viradas para o mercado. Esta atitude explica-se pelo facto destes olharem para a agricultura como uma actividade de rendimento e que para tal precisa de investimento, seja na aquisição de novas parcelas, assim como na compra de sementes, adubos e fertilizantes.

Dum modo geral, os dados nos mostraram que não existe um motivo comum ou colectivo de envolvimento dos camponeses na associação, ou seja, que cada membro entrou na associação para alcançar um objectivo pessoal e concreto, seja ele de melhoria de vida ou não.

#### **4.5. Percepções locais sobre a pobreza**

Tendo em conta que a realidade para cada actor social corresponde à sua percepção<sup>35</sup> individual daquilo que existe ou acontece ao seu redor, e, conseqüentemente, suas acções e reacções estariam baseadas na realidade percebida. A realidade não é vista como ocorre, mas sim através de uma interpretação, assim podemos concluir que não existe uma única realidade. Cada actor interpreta e vê uma mesma realidade de forma exclusiva e pessoal de acordo com a perspectiva em que observa.

Assim sendo, os membros da Associação de Regantes de Massaca como actores sociais têm a sua interpretação individual do que eles entendem como pobreza e das suas causas.

---

<sup>34</sup> Empreendedor é aquele indivíduo que detém uma forma especial, inovadora, de se dedicar às actividades de organização, administração, execução, principalmente na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos-mercadorias ou serviços, gerando um novo método com o seu próprio conhecimento. In Wikipedia. Consultado no dia 15 de Outubro de 2007.

<sup>35</sup> Segundo Bowditch & Buono (2000) "Percepção se refere ao modo como interpretamos as mensagens de nossos órgãos dos sentidos para dar alguma ordem e significado ao nosso meio ambiente.

Para os camponeses da aldeia de Massaca, pobreza significa *Ussiwana e Uswete*<sup>36</sup>, que quer dizer *pobreza* ou *miséria*. Aliado a estes significados, a alimentação, habitação, vestuário, saúde, acesso à educação, acesso ao emprego têm sido os indicadores materiais e sociais usados para definir a pobreza em Massaca, são também usados como indicadores de pobreza a família, ou seja, a falta de família e a dificuldade de acesso a terras produtivas.

Na tabela 2 faz-se a descrição das concepções em termos de indicadores de pobreza para os membros da associação entrevistados. Da interpretação deste e do quadro seguinte aqui apresentados, queremos expor que para os membros da associação entrevistados não existe uma concepção única de pobreza e as suas causas baseada num único indicador, mas sim em vários, razão pela qual se fomos a contabilizar o número das respostas de acordo com os entrevistados, pode-nos parecer maior em relação a nossa amostra tal como ilustra a tabela 2:

Tabela 2 Concepções de pobreza em Massaca

Concepção de pobreza	Sexo		Idade			Escolaridade					
	M	F	≤30	≤40	>40	Anlf	EP1	EP2	Sec	Tec	Sup
Falta de exp. de trabalho	1			1			1				
Falta de alimentação	5	2			1						1
Falta de habitação	3		1	1			1		1		
Falta de vestuário	1	1			1			1			
não ter acesso a educação		1			1		1				
não ter acesso a saúde	1										
Falta de família		1		1			1				
não ter criação	1	1					1				

Assim sendo, uma das concepções mais comuns da pobreza para os membros da associação, é a falta ou incapacidade de satisfação de algumas necessidades consideradas básicas para a sobrevivência tais como alimentação, acesso aos serviços básicos (saúde,

<sup>36</sup> Estes conceitos fazem parte do vocabulário do changana/ rongga, língua usada como meio de comunicação na região Sul do país.

educação), vestuário, falta de habitação adequada, que na sua concepção é ter uma casa feita a bloco e com cobertura a zinco.

A alimentação como indicador de pobreza, significa a falta de "alimentação adequada" que na óptica dos associados é não poder garantir um pão diário para as crianças assim como não garantir as três refeições diárias. Por sua vez, este indicador de pobreza, não é muito sentido entre os membros da associação, pois com a sua entrada na associação, alguns membros consideraram ter eliminado este problema, pois conseguem sempre ter algo (hortícolas) na machamba que constitui base de alimentação para si e sua família.

Em termos de saúde como indicador de pobreza, refere-se à dificuldade de acesso às unidades sanitárias locais e a dificuldade de deslocação para as unidades sanitárias fora da comunidade. Embora pratiquem uma agricultura virada ao mercado, que lhes possibilita ter algum ganho monetário pela colocação e venda dos produtos no mercado<sup>37</sup>, os membros da associação entrevistados, consideram que a dificuldade de acesso às unidades sanitárias fora da comunidade, está relacionada com a falta de dinheiro para tal.

A educação "formal"<sup>38</sup> constitui um indicador de pobreza para os membros da associação, pois o seu acesso implica ter uma fonte de rendimento, visto que na comunidade de Massaca embora existindo escolas públicas de nível primário, a dificuldade de acesso reside no ingresso ao nível secundário. A única escola do nível secundário existente funciona em regime privado, sendo que a admissão a esta escola requer pagamento de uma taxa mensal<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> O mercado preferencial para a colocação dos seus produtos, é o ex-mercado grossista da Malanga

<sup>38</sup> Educação formal é aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado. [www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.pgp](http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.pgp). Consultado no dia 20 de Outubro de 2007.

<sup>39</sup> Não pudemos saber o valor da taxa para o nível secundário, mas para o nível primário a taxa é de 100Mt, segundo nos relatou um membro da Associação



Um membro da associação, definiu pobre como sendo uma pessoa que na tenha família, ou seja, que não tem condições para constituir sua própria família. Deste modo, na sua óptica não ter família significa viver sozinho.

*“...É pobre uma pessoa primeiro que não tem família e não tem nada mesmo na vida dele, não tem casa pode ter talhão, mas um talhão que não tem casa melhorada, tem falta de comer, não tem nada para cobrir e não tem nada mesmo...”<sup>40</sup>”*

A falta de gado (bovino) foi considerado por um dos membros da associação como sendo um indicador de pobreza. Este chegou a considerar-se pobre pelo facto de não possuir criação de gado (bovino). Esta situação, possivelmente, se explique se atendermos que devido ao seu valor económico no meio rural o gado é sinónimo de riqueza, então quem não tem gado é sinal de que é pobre.

A pobreza da forma como é descrita e definida pelos membros da associação é resultado de várias causas. Assim, o quadro 3 é referente a descrição das principais causas da pobreza em Massaca, segundo os membros da Associação.

Tabela 3 Causas da Pobreza em Massaca

Causas da pobreza	Sexo		Idade			Escolaridade					
	M	F	≤30	≤40	>40	Anlf	EP1	EP2	Sec	Tec	Sup
Falta de emprego	4	4	1	1	4	1	4		1		
Carência da chuva	2		1						1		
Não ser membro da Assoc.	2			1							
Atitude (cultura)	1				1						1
Falta de electric. e agua	2			1			1				
Preguiça		1			1		1				

Da descrição das causas da pobreza em Massaca, os dados nos mostraram que seis têm sido as principais causas da pobreza, das quais a falta de emprego é descrita por mais de metade dos 11 membros entrevistados como sendo a primeira causa da pobreza em

<sup>40</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhaurire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

Massaca, isto, possivelmente, mostra-nos a importância que os residentes de Massaca dão ao emprego remunerado.

São na sua maioria membros com idades iguais e superiores a 40 anos de ambos sexos, que consideram a falta de emprego como uma das principais causas da pobreza em Massaca. Assim sendo, a pobreza para estes é resultado da falta de oportunidade de emprego como afirmaram alguns membros:

*"...a pobreza é falta de emprego, se alguém pensar em fazer algo pode se ajudar, não podemos acabar com a pobreza, mas podemos nos ajudar a nós mesmos ter como viver sem roubar a ninguém, consegue densarascar, vender, ou ir a machamba..."<sup>41</sup>*

*"...há muita pobreza devido a falta de emprego, porque há emprego existe, alguém pode dizer que vou acordar ir trabalhar, mas não consegue arranjar emprego e é o que faz com que haja muita pobreza..."<sup>42</sup>*

*"...é considerado pobre em Massaca alguém que não tem emprego, não tem onde trabalhar para sustentar a sua casa..."<sup>43</sup>*

A falta de emprego por sua vez é resultado, por um lado, segundo os membros da associação, da falta de experiência de trabalho entre os habitantes de Massaca, que, na sua óptica, experiência de trabalho significa saber exercer alguma actividade remunerável como a agricultura. Por outro lado, a falta de emprego é resultado da falta de postos de trabalho na comunidade de Massaca e da incapacidade de absorção da mão-de-obra disponível em Massaca por parte das empresas existentes afirmou o Líder da Comunidade de Massaca.

---

<sup>41</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

A questão de postos de trabalho em Boane e em Massaca, em particular, já havia sido tema de discussão na altura de implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, em Boane, no sentido em que como o programa compreendia a construção de infra-estruturas (vias de acesso, escolas e hospitais), pretendia-se durante a execução das obras, criar-se postos de trabalho de modo a absorver a maior quantidade possível de mão-de-obra disponível na região, resultado dos problemas derivados dos deslocados de guerra<sup>44</sup> e dos repatriados da vizinha África do Sul<sup>45</sup>.

A preguiça de algumas pessoas em procurar algo para fazer que, na sua óptica, seria de ingressar em actividades agrícolas, é também descrita como a razão do desemprego em Massaca, pois na óptica dos membros entrevistados. Há pessoas em Massaca que não gostam de cultivar.

Possivelmente, a falta de oportunidade de emprego<sup>46</sup> se associe as causas da pobreza, se atendermos que “é através do emprego como trabalho assalariado em que o salário é o canal de acesso, dos assalariados, à formação, à segurança, aos bens sociais” (Matsinhe; 2007:9).

A deficiente expansão da rede eléctrica na região é também considerada como sendo uma das causas da pobreza, pois, com a energia eléctrica, na concepção dos membros, podia-se criar pequenos postos de trabalho, tal como afirmou este membro:

*“...é por não termos energia, não termos água potável canalizada;... com energia e água canalizada, por exemplo, podia fazer algo para me sustentar, mas como não tenho energia nada posso fazer;... com energia podia fazer uma serralharia, podia fazer uma carpintaria, aviário;... mas sem energia é difícil..., sem água também é difícil...”<sup>47</sup>”*

---

<sup>44</sup> Guerra dos 16 anos entre as Forças Governamentais e a Renamo

<sup>45</sup> Ministério de Agricultura-Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola. Intervenções para a fase prioritária (versão actualizada). 1990.

<sup>46</sup> Emprego entendido como uma categoria espacial e temporal, isto é, que varia de acordo com o tempo e espaço.

<sup>47</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

*“A noção de trabalho de um modo geral deve ser entendida como uma actividade que transforma a natureza e é, geralmente, empreendida em situações sociais, mas o que conta como trabalho é condicionado por circunstâncias sociais específicas, sob as quais actividades como essas são empreendidas e interpretadas por aqueles que as constroem”* (Grint citado por Matsinhe, 2007:7).

“O facto de qualquer actividade particular ser sentida como trabalho, ou lazer, ou ambos, ou nenhum, está intimamente relacionado com as condições temporais, especiais e culturais existentes” (Grint citado por Matsinhe, 2007:7).

O não estar integrado no sistema do regadio, significa não ser membro da associação e constitui causa da pobreza, no sentido em que estar no regadio significa oportunidade de poder garantir a produção agrícola durante todo o ano, diferentemente de quem produz no sequeiro, pois este tem que esperar a época chuvosa para ter as suas machambas irrigadas. Aliado a esta causa, o problema climático (carência das chuvas) é também descrita como a causa da pobreza em Massaca como afirmou este membro:

*“... as causas, por enquanto este ano que não houve chuva, então muita gente perdeu muito no sistema de sequeiro. Muitos estão a procura de espaço aqui no regadio, talvez possam ter qualquer coisa para sobreviver. No entanto, o regadio também tem a sua dificuldade, não consegue alimentar a aldeia de Massaca...”<sup>48</sup>”*

Segundo um dos nossos entrevistados, *“... a pobreza em Massaca tem a ver com questões sócio-culturais e de atitude, no sentido de que prevalece, entre os habitantes de Massaca, um certo conformismo e comodismo, quando estes atingem um certo nível de desenvolvimento pensam que estão estáveis na vida e não se preocupam em criar riqueza que lhes podia ser útil no futuro...”<sup>49</sup>”*

---

<sup>48</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>49</sup> Idem.

Os membros da associação entrevistados não se consideram pobres nem ricos, ou seja, estão numa situação intermediária entre a pobreza e a riqueza, isto em parte justifica-se se atendermos que mais da metade dos membros entrevistados não se enquadram no conceito de pobreza que eles próprios apresentam.

Dum modo geral, os membros da associação consideram-se privilegiados pelo facto de estarem na associação, pois através dela conseguem satisfazer algumas das suas necessidades, por exemplo, ter um emprego, se atendermos que na sua concepção ter uma parcela na associação é como ter um emprego e pelo facto de puderem ter alimentos "caril" para as suas casas.

#### **4.6. Implicações da associação na vida dos camponeses**

De acordo com Beaudoux & Nieuwkerk (1985), as associações permitem alcançar uma certa estabilidade económica e social que, por sua vez, contribui para o bem estar individual e das suas famílias que seria de difícil alcance a título individual.

Assim sendo, tendo em vista um dos nossos objectivos específicos: Compreender o papel e as implicações do associativismo na vida dos associados, de seguida, iremos apresentar os resultados dos dados recolhidos com vista a alcançar este propósito.

Para tal, partiremos do que os próprios membros da associação consideram como vantagens e desvantagens de ser membro da associação, num segundo plano iremos apresentar o que os membros consideram contributo da associação para a redução da pobreza.

Os membros entrevistados, consideraram que a associação traz muitas vantagens para a sua vida, pois através do trabalho na machamba da associação conseguem sustentar a suas famílias em dinheiro e alimentos, pois, na óptica dos membros, a machamba da

associação não tem problemas de água, isto é, as machambas são irrigadas, e possuir uma machamba irrigada, permite aos membros exercerem as suas actividades agrícolas durante o ano sem precisar de esperar da época chuvosa, como o fazem os camponeses que produzem no sequeiro.

Alguns membros da associação com mais de uma parcela, chegam a contratar pessoas para trabalharem nas suas machambas em regimes sazonais, o que localmente designam “*Xitoco*”<sup>50</sup>. Estes são contratados na maioria dos casos nas fases da preparação da terra e da sacha, pois são fases que exigem muita mão-de-obra. Segundo o Líder da Comunidade de Massaca, estes empregos sazonais têm contribuído dum certo modo para reduzir as carências dos habitantes locais que não possuem parcelas no regadio ou sem nenhuma fonte de rendimento (emprego).

É também considerado vantagem estar na associação pois para além de ter água em comparação com as machambas do sequeiro, os assuntos na associação são discutidos em conjunto, e assim à sua resolução em caso de problemas, torna-se mais fácil como considerou este membro:

*“...as vantagens é que na associação a gente trata tudo em conjunto, as coisas se tornam um pouco fáceis, na associação a gente senta e vê o que a gente faz...”*<sup>51</sup>

A outra vantagem de ser membro da associação segundo os associados é a sua localização em relação ao mercado e acessibilidade em termos de vias de acesso<sup>52</sup> para o local de troca, embora enfatizando este facto como vantagem, Massaca enfrenta problemas de falta de transporte, sendo que os meios de transportes existentes “*Chapa*”<sup>53</sup>, encontram-se em avançado estado de degradação e pela sua estrutura não favorecem o

---

<sup>50</sup> Termo usado em Massaca para designar uma modalidade de trabalho sazonal numa parcela agrícola. Aqui o indivíduo é contratado para cultivar e ou schar uma parcela ou parte da parcela. Geralmente o pagamento pelo trabalho tem uma remuneração imediata consoante a extensão da parcela.

<sup>51</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>52</sup> uma estrada com asfalto a ligar a Aldeia e a Vila de Boane,

<sup>53</sup> Transporte semi-colectivo de passageiros

transporte de mercadorias do local de produção para a vila, portanto, os camponeses que não têm meios próprios de transporte ainda enfrentam muitas dificuldades de escoamento dos seus produtos.

A falta de transporte faz com que os preços por estes aplicados durante a comercialização dos seus produtos aos revendedores sejam relativamente baixos, pois há sempre a insegurança de não conseguirem venderem e, conseqüentemente, os produtos apodrecerem ou serem roubados nas machambas.

De acordo com os associados, estas vantagens superam as possíveis desvantagens que possam existir pelo facto de serem membros da associação, chegando alguns membros a considerarem que não existe nenhuma desvantagem em ser membro da associação, pois a associação “funciona bem”, dizem os entrevistados. Isto deve ser entendido no sentido de que para os membros da associação todas as suas afirmações em relação a sua vida na associação são feitas em comparação aos camponeses que não fazem parte da associação, ou seja, que praticam as suas actividades agrícolas no sistema de sequeiro, assim sendo, segundo eles, estão em melhores condições se comparados com os outros do sequeiro.

A ideia de que a associação “funciona bem”, ou seja, que não há nenhuma desvantagem em ser membro da associação é contraditória entre os membros, pois alguns membros consideram que existem algumas desvantagens em ser membro da associação. Para este grupo de membros, as desvantagens aliam-se as várias dificuldades que a associação tem vindo a enfrentar desde que os “italianos” foram embora, nomeadamente, as restrições no fornecimento de água devido ao estado obsoleto das electrobombas, o que faz com que não consigam bombear a água eficientemente e com a mesma regularidade de sempre. O problema de deficiência na distribuição de água é também aliada aos elevados custos de energia cobrados pela Electricidade de Moçambique (EDM) e também a taxa mensal de água que é paga a Administração Regional de Águas do Sul (Ara Sul).

Os valores altos cobrados pela EDM, levaram com que a direcção da associação também agravasse o valor pago mensalmente pelos membros para a água usada nas parcelas, que

passou de 180Mt para 250Mt, o que constitui desvantagem, pois eles não conseguem obter esse valor para pagar mensalmente.

*"...a maior desvantagem de ser membro da associação reside na dificuldade do pagamento de água, assim sendo, as pessoas não conseguem utilizar a machamba da associação por não terem dinheiro de comprar pesticidas, de não ter dinheiro para comprar adubo, não ter dinheiro para pagar água, assim desistem de participar na associação por causa destas coisas;... o problema da associação é só de água porque a água é muito cara, 250 mensalmente é muito dinheiro, enquanto, o espaço que nós utilizamos é pouco porque são 80m<sup>2</sup> agora esse valor não corresponde de 250 por mês...<sup>54</sup>"*

Constitui também desvantagem para alguns membros da associação o facto deles percorrem grandes distâncias para obter insumos agrícolas, adubos e insecticidas, chegando até aos mercados da cidade de Maputo, isto porque a associação não consegue garantir a venda destes insumos. Esta situação, mostra a dificuldade que a associação enfrenta para gerir as infra-estruturas de suporte do regadio, outrora construídos no âmbito do projecto, nomeadamente: a casa agrária que comporta consigo, para além da loja para a venda de insumos, uma sala de reuniões, oficinas, equipamentos (tractores e camiões, etc.) já num estado obsoleto.

Tendo sido concebida para a melhoria das condições de vida dos camponeses locais, na óptica dos seus membros, a associação tem contribuído para a mudança de vida, no sentido de que a vida tem melhorado desde que são membros da associação. A melhoria das condições de vida consiste em conseguir sustentar as suas famílias, melhorar a alimentação, construir e melhorar as suas habitações, garantir acesso aos serviços básicos (educação e saúde) para si e seus dependentes, comprar bens (electrodomésticos) para as suas casas, instalar energia eléctrica e água canalizada.

---

<sup>54</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.



*"...eu entrei na associação não tinha casa, minha casa era de caniço e chapas podres, não tinha coisas que aquilo que eu tenho agora... , agora desde que eu entrei na associação consegui construir uma casa como esta, consegui construir este muro e consegui meter água canalizada aqui na minha casa, consegui também pôr a energia..."<sup>55</sup>*

*"...a minha vida mudou porque construí esta casa, na minha casa ajudei também os meus filhos, ajudamos-nos a construir casa onde eu e os meus filhos vivemos, comprei bens de casa, comprei congelador, sofás;... as crianças vão a escola, mesmo com dificuldades vão a escola..."<sup>56</sup>*

*"... o que mudou é que desde que sou membro da associação não tenho tido muitos problemas de alimentação, principalmente, de dinheiro se comparado com o período em que não era membro da associação pois dependia do salário mensal, mas agora se trabalho consigo alguma coisa na associação;... não é só alimentação, consegui fazer outra coisa;... outra coisa de que falei diz respeito à escola das crianças, já não é difícil;... Consigo levá-los ao hospital, consigo levá-los a escola, alimentam-se, já não tenho tantas dificuldades..."<sup>57</sup>*

Segundo um dos membros, a mudança ocorrida na sua vida desde que é membro da associação é em termos de relacionamento com os outros membros da associação:

*"...muita coisa mudou, eu já sei lidar com outras pessoas, eu já sei pedir opinião a alguém então para mim a vida quotidiana sempre funciona, estar numa associação é sempre bom;... acabei um pouco a minha casa e estou a fazer outras coisas..."<sup>58</sup>*

As várias experiências descritas por estes membros da associação, ilustram o papel associação no que respeita a melhoria das suas condições de vida em termos não só de alimentação, habitação e compra de bens materiais, mas também em termos de

<sup>55</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhaurire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

relacionamento entre os membros. Esta relativa mudança na vida dos camponeses membros da associação, possivelmente, esteja aliada à finalidade da produção. Na Associação de Regantes de Massaca, a produção tem dupla finalidade, alimentação e venda, da qual o grosso da produção é para a venda.

Sendo uma agricultura virada ao mercado, é do que colocam no mercado que os associados melhoram a sua vida material e social, pois com os rendimentos alguns camponeses membros da associação afirmam poderem comprar insumos e sementes para a continuação da sua actividade agrícola, alguns membros chegam a contratar e pagar trabalhadores eventuais, geralmente, contratados na fase da preparação da terra. O rendimento da produção na machamba da associação, é também reservada para o pagamento da taxa mensal de água no valor de 250,00 Mt por parcela.

Alguns membros que possuem mais de uma parcela e tem outras fontes de rendimento (emprego) na família para além do trabalho na machamba, conseguem até poupar uma parte do dinheiro que vêm das vendas dos produtos saídos da machamba. Sobre este facto, um dos membros descreveu-nos do seguinte modo, o que consegue fazer com o dinheiro das vendas dos produtos saídos da machamba da associação.

*"...dinheiro é para pagar água, pagar os trabalhadores e comprar a semente para a nova sementeira, e, conseguimos usar para as outras coisas;... comprar comida para casa, comprar roupa para as crianças ou depositar no banco;... conseguimos levar a escola, conseguimos pagar escola, hospital..."<sup>59</sup>*

Assim sendo, na óptica dos próprios associados, do que consideram pobreza vai diminuindo, pois já conseguem fazer muita coisa que antes de serem membros da associação não conseguiam fazer.

---

<sup>59</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhaurire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

*"...está a diminuir;... como havia dito que na altura dormia numa casa de caniço, mas agora já tenho uma casa melhorada, tenho... , bom, pequenas condições que a qualquer momento pode aparecer uma visita na minha casa, não tenho aquele problema, dificuldade de que vou dar de alimentação à pessoa que chegou, não tenho essa coisa, por isso que estou a dizer que a associação tem... ser membro da associação é muito vantajoso....<sup>60</sup>"*

*"...no meu caso, melhorou um pouco a pobreza absoluta, já consigo já não compro por exemplo, os produtos, vou para o que produzo e alimento a minha família...<sup>61</sup>"*

*"...reduziu-se, reduz-se;... reduz-se porque se não fosse a associação não teríamos como pagar escola das crianças;... pagamos escola das crianças e compramos alimentação...<sup>62</sup>"*

*"...não é tanto que diminuiu, não diminuiu muito só que está um pouco melhor, mas a pobreza persiste...<sup>63</sup>"*

Em Massaca, distingue-se a pobreza da riqueza, mas nenhum dos membros da associação e residente em Massaca considerou ter passado dum estágio de pobreza para a riqueza ou para um outro estágio para além da pobreza, pelo facto de ser membro da associação. Os membros não se consideram muito pobre, nem ricos, pois conseguem satisfazer alguns indicadores do que consideram pobreza, como é o facto de pertencer a uma família, satisfazer as necessidades alimentares, vestuário, habitação etc.

Existe entre os membros da associação a esperança de um dia a pobreza vir a acabar ou a reduzir. A esperança de redução da pobreza, chega, em alguns casos, a ser entregue a um ser divino (Deus ou Xikwembo), como considerou um dos membros da associação:

---

<sup>60</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem.

*“...não, diminuiu-se a pobreza, só que não acabou, ainda mantêm-se a pobreza, ainda não acabou e estou tentando lutar de que aos poucos para ver se Deus me cede, posso aos poucos levantar e estou a tentar lutar e abandonar essa pobreza...”<sup>64</sup>”*

A ideia de que a pobreza está a diminuir para os membros da associação, é um pouco divergente entre os próprios membros, pois alguns membros apresentam uma perspectiva contrária a dos que consideram que a pobreza diminuiu pelo facto de serem membros da associação. Estes consideram que mesmo estando na associação, a pobreza ainda persiste, ou seja, que pouco ou nada mudou desde que são membros da associação, isto em parte justifica-se pelo facto da agricultura ser uma actividade de risco, segundo nos relatou um dos membros da associação.

*“...a agricultura é uma área de risco em que se alguém não tem nada, pede emprestado para fazer alguma coisa e falha, logo não consegue vencer a pobreza. Então é nesse sentido que eu digo que algumas pessoas não estão, nem estariam em condições de vencer a pobreza nesse âmbito porque é uma área...”<sup>65</sup>”*

Provavelmente, os resultados da actividade agrícola não se mostrem satisfatórios para os outros membros pelo facto de serem camponeses, cuja fonte de rendimento é somente a agricultura, comparando-se com outros membros que, para além da actividade agrícola na associação, possuem outras fontes de rendimento e, também pelo tipo de agricultura que é praticado por cada membro na associação.

Nem todos os membros praticam a agricultura comercial embora esta seja a predominante, pois existem membros que ainda praticam a agricultura de subsistência cuja finalidade da produção é o consumo próprio e não a venda, estes na sua maioria possuem uma única parcela e sub utilizada, alguns pela incapacidade de utilização devido a idade, outros possivelmente pela incapacidade financeira e de gestão das parcelas.

---

<sup>64</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>65</sup> Idem.

No que diz respeito à solidariedade, e ajuda mútua entre os membros da associação, os dados mostraram-nos que na ARM, os laços de solidariedade e de entreaajuda entre os membros, mostram-se muito fracos, se não quase que inexistente, esta situação, por um lado, é resultado do tipo de agricultura que é praticado nesta associação, que é essencialmente uma agricultura virada para o mercado, as culturas praticadas (repolho, couve, feijão verde, banana, etc.) são do mercado e não de subsistência, assim sendo, o tipo de relacionamento criado entre os membros no processo produtivo, insere-se no contexto de mercado; por outro lado, é pelo tipo de membros que compõem a associação.

A associação tem registado entrada de novos membros oriundos de contextos não rurais e não da comunidade de Massaca, tendo como objectivo a produção para o mercado, não necessitando em nenhum momento da ajuda de outros membros da associação. Assim sendo, surge um novo tipo de relacionamento que não favorece laços de solidariedade entre os membros nem de pertença a uma mesma comunidade ou colectividade.

Os laços que se estabelecem longe de favorecerem sentimento de pertença a um mesmo grupo, perpetuam a diferenciação social e económica, que resulta do facto destes serem indivíduos com posses. Não queremos com esta constatação descorar a possibilidade de existência deste tipo de diferenciação entre os antigos membros da associação residentes em Massaca.

Esta constatação da entrada de novos membros oriundos de contextos não rurais de Massaca, já foi descrito num estudo realizado por Vijfhuizen em Massaca numa perspectiva de género. Neste estudo, o autor concluiu que “os camponeses de Massaca tanto homens assim como mulheres, estão perdendo as suas parcelas para as pessoas assalariadas que vivem fora do contexto rural de Massaca” (Vijfhuizen; 2001:90).

Este novo tipo de membros não chega a identificar-se com a associação, são membros somente por terem parcela na associação. São, na sua maioria, membros que fazem parte

dos órgãos sociais da associação residentes em Massaca e que ocupam cargos de chefia na associação que identificam-se e mais se preocupam em manter a associação. As parcelas destes novos membros, são adquiridas aos membros locais que, por incapacidade de gestão e de uso das parcelas, acabam acumulando dívidas que não conseguem pagar, assim as parcelas destes membros são retirados e atribuídos a quem possa garantir a sua gestão e uso.

Em alguns casos, estas parcelas são entregues a estes novos membros pelos responsáveis, e quando se apercebem da sua incapacidade de tomar conta delas, o que significa pagar uma taxa mensal de 250 Mt, mesmo sem estar a fazer uso da parcela.

Esta situação faz com que reine um certo individualismo entre os membros associados, e a única forma de ajuda quando ocorre só é entre membros que tenham uma relação de amizade ou de vizinhança fora da associação.

*“... cada um trabalha individualmente, a única coisa que fazem as pessoas é, enquanto que podes pagar a água, a taxa de água então a pessoa explora a machamba pagando a água para a associação não arrancar a parcela então se a pessoa com o tempo a pessoa que não tem dinheiro para pagar a taxa consegue criar condições volta a explorar a parcela então é mais ou menos esta situação...”<sup>66</sup>”*

*“...não nos ajudamos. Cada um preocupa-se com a sua machamba e não ajuda o outro...”<sup>67</sup>”*

*“...É difícil, só mesmo em casos de amizade, mas ajuda como membro da associação não há, só quando se trata de amizade podes ir ter com um amigo e pedir uma certa ajuda...”<sup>68</sup>”*

---

<sup>66</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

A experiência destes membros, mostra que a amizade, possivelmente, seja a única forma de solidariedade e de entreajuda que prevalece entre os membros da associação residentes em Massaca.

Os agentes promotores do associativismo em Massaca se restringem somente a canalização de apoios e ou a estratégia de obtenção e gestão de créditos, ou mesmo como elos de ligação entre a associação e as entidades governamentais e não governamentais que se mostram interessadas em apoiar a associação, deixando de lado questões relativas ao fortalecimento de laços associativos entre os membros.

#### **4.7. Sustentabilidade da associação**

No que respeita à sustentabilidade, a ARM tem uma característica particular se tivermos em conta a constituição e obrigações dos membros de uma associação seja de que natureza for.

Os membros da ARM não pagam quotas nem jóias, isto porque, segundo os próprios membros, a quando da fundação da associação não se teve em conta esse aspecto, assim sendo, a única fonte segura de sustentabilidade da associação é a taxa mensal de 250 Mt paga pelos membros, fora alguns apoios que a associação tem recebido. O facto dos membros da ARM não pagarem quotas nem jóias, contrasta com o que foi estipulado nos estatutos da associação, pois no seu artigo nono alínea *a)* relativo aos deveres dos membros, considera que constituem deveres dos membros da Associação de Regantes de Massaca:

- a) Pagar a jóia inicial e quota mensal desde o mês da sua admissão, e bem assim as taxas e demais contribuições periódicas que eventualmente venham a ser fixadas com o objectivo de custear as despesas de regadio e do funcionamento, em geral da associação;*

No regadio foram instaladas bombas eléctricas para puxar a água até as parcelas, assim, a taxa mensal é destinada ao pagamento da energia usada no sistema de bombagem e a ARA Sul, empresa gestora de água. Por sua vez, esta taxa mensal tem sido a causa de um certo descontentamento para alguns membros da associação, pois consideram-na muito elevada para as suas capacidades produtivas e não corresponde ao tamanho das parcelas que os membros usam (0,6 hectares), pois estas são na sua óptica pequenas.

Devido a dificuldade de pagamento desta taxa, existem membros que estão desistindo e outros são obrigados a abandonar as suas parcelas ou as entregam, voluntariamente, a outros camponeses interessados em ter parcela na associação. Alguns camponeses vendem a parcela irrigada a outros indivíduos, antes de a associação ter a oportunidade de a confiscar. “Eles fazem isso porque assim, pelo menos, ficam com algum dinheiro, em vez de nada” (Vijfhuizen; 2001:95).

A associação conta, actualmente, com cerca de 198 membros contra os iniciais 223 membros, embora não fosse o nosso objectivo identificar as causas das desistências dos membros, possivelmente, a causa desta redução do número de membros seja a dificuldade de pagar a taxa mensal de energia eléctrica.

Acompanhando esta redução do número de membros, verifica-se em Massaca uma fraca afluência dos seus membros em actividades da machamba, diante deste “abandono”, é possível ver parcelas a transformarem-se em “mato” no meio da área do regadio.

Em alguns casos segundo afirmou um dos membros, os campos não estão abandonados, mas os seus responsáveis deixaram-nas a espera da época apropriada para o plantio, o que contrasta com o tipo de agricultura praticado (irrigada) que permite ter água em todos os períodos do ano.

Segundo a Engenheira Lise, da DDA de Boane, o abandono das machambas é um desperdício da terra, mas este abandono tem como causa “... a falta de mão-de-obra, os



*camponeses estão a ficar velhos, os jovens estão a emigrar para a cidade, a machamba não dá dinheiro só comida...*<sup>69</sup>

O não pagamento de quotas foi segundo um dos membros falha dos que estiveram na organização da associação, ora vejamos:

*"...bom houve falha nos princípios não é, o que as pessoas que estavam lá a frente do projecto nos princípios porque nós éramos pessoas sem saber o que é regadio o que é associação e era pela primeira vez a ver aquilo ali então havia pessoas que estavam ali a nossa a frente a nos mostrar caminhos mas eles esqueceram de nos dar a orientação dessa parte..."*<sup>70</sup>

No tocante a este aspecto, durante o período que durou a nossa pesquisa, tivemos conhecimentos de que a associação está a estudar mecanismos de introdução do pagamento de quotas e jórias segundo o Vice-Presidente da Associação<sup>71</sup>.

Embora seja uma necessidade da associação a introdução de quotas e jórias, a sua introdução irá agravar ainda mais as dificuldades que os membros, principalmente, os que produzem para a sua subsistência de manter as parcelas na associação.

Em termos de apoios a ARM, inicialmente contou com o apoio da Cooperação Italiana, no que diz respeito ao financiamento da construção do regadio que esteve a cargo da PRORURAL, até a sua gestão durante os primeiros anos do seu funcionamento.

Através de conversas informais com alguns funcionários da casa agrária, apurámos que o apoio excessivo da Cooperação Italiana, foi um dos responsáveis pela actual dificuldade de gestão do regadio pelos seus membros. Os membros da associação foram mal acostumados, razão pela qual não conseguem andar pelos seus próprios pés, e o resultado

<sup>69</sup> Em conversa em Boane 18/04/07

<sup>70</sup> Entrevistas realizadas em Boane-Massaca com membros da associação. In arquivo Nhairire/dissertação de licenciatura/transcrições, 2007.

<sup>71</sup> Idem.

disso é o actual estágio degradado da associação se comparado a altura em que estavam os "italianos".

Actualmente, a associação tem registado uma crise em termos de apoios, quando os apoios chegam (sementes e insumos agrícolas), são dados em sistema de crédito. A ARM conta, actualmente, com o apoio do PAMA<sup>72</sup>, no que respeita a identificação de mercado para a colocação dos seus produtos. Neste âmbito alguns produtos são colocados em supermercados da Cidade de Maputo, como é o caso da Shoprite.

Mesmo com estes apoios e taxas que os seus membros pagam mensalmente, a ARM debate-se com problemas de sustentabilidade, o que faz com que a associação se mostre limitada em relação às suas acções e se mostre regredida em relação aos primeiros anos da sua criação. Aliado ao problema de sustentabilidade, a associação está a enfrentar um conflito com o FDA, entidade responsável pelas instalações da casa agrária. Esta entidade exige que a associação passe a pagar uma taxa mensal pelo uso das instalações onde funciona a direcção da associação. Para a associação esta exigência não é legítima porque a quando da instalação do sistema de regadio, foi também construída a casa agrária que estaria sob gestão da associação criada para igualmente gerir o sistema de rega.

---

<sup>72</sup> Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, reafirmar que foi nosso objectivo neste trabalho identificar a relação que existe entre o associativismo e a pobreza, a partir das lógicas que levam os camponeses de Massaca a envolverem-se na associação.

A criação da associação de Regantes de Massaca em 1994 é resultado da necessidade de gestão do sistema de regadio instalado na região de Massaca no âmbito do Projecto Integrado de Desenvolvimento Rural em Maputo.

A ideia da criação da Associação, não emergiu da iniciativa dos próprios membros, mas sim promovido por agentes externos<sup>73</sup>, assim concluímos que a criação desta associação, não toma em conta um dos princípios associativos que é o direito a livre adesão. Pois sendo uma obra de iniciativa estatal, na óptica de Olson (1998), podemos considerar que ela abrangeu compulsivamente os camponeses que já vinham praticando as suas actividades agrícolas no local onde foi instalado o regadio.

Aliado a esta entrada automática, podemos concluir que muitos dos membros da ARM, filiaram-se a associação por vários e diferentes motivos, em destaque a melhoria de vida, acabar com a fome, reduzir a pobreza, oportunidade de emprego, posse de terra, desejo de ser proprietário de uma parcela numa área irrigada, o facto de a agricultura ser a única actividade que alguns membros sabem exercer, mas seja qual for o motivo de envolvimento na associação, por imperativos de gestão do regadio todos os interessados nas terras do regadio, devem fazer parte da associação.

Assim, diante do que os dados da pesquisa mostraram, a nossa hipótese de que os membros filiam-se a associação com o objectivo de reduzir a pobreza, fica parcialmente confirmada, porque dos membros que constituíram a nossa amostra, somente um considerou a pobreza como sendo a razão do seu envolvimento na associação. Embora

---

<sup>73</sup> Pelo Estado Moçambicano em Parceria com a Cooperação Italiana

sendo uma região com pessoas vivendo na pobreza, o combate a pobreza a partir do envolvimento na associação chega a ser uma consequência adversa.

A associação de Regantes de Massaca, não se mostra um instrumento capaz de dinamizar um processo de desenvolvimento em Massaca e assim contribuir para a redução da pobreza não só dos seus membros, mas da comunidade de Massaca em geral, os membros não se mostram proativos, bastando-lhes a satisfação das necessidades do dia-a-dia, em particular, a alimentação.

A Associação de Regantes de Massaca, está sendo alvo de novo tipo de membros que não fazem parte do contexto rural nem do contexto de Massaca, são membros na sua maioria com forte poder económico, que aproveitando-se da incapacidade dos antigos membros da associação em gerir as suas parcelas e atraídos pela capacidade produtiva das parcelas, eles compram-nas e, assim, passam a exercer as suas actividades agrícolas com o fim único de colocar o produto no mercado, deixando assim os antigos membros sem a sua fonte de rendimento e sustento.

Deste modo, olhando para o nosso objectivo geral, concluímos que o associativismo não tem relação directa com a pobreza, ou seja, não existe uma relação de causa efeito entre o associativismo e pobreza, pois embora sendo membros da associação, alguns membros ainda continuam a viver numa situação de pobreza, caracterizada pela incapacidade de satisfazer as suas necessidades materiais e sociais, ou seja habitação, vestuário, alimentação, saúde, educação, água e electricidade, respectivamente. Assim, questionamos até que ponto o associativismo constitui um mecanismo de combate a pobreza?

Diante deste questionamento queremos deixar claro que a questão do associativismo e a sua relação com a pobreza, ainda carece de investigação não só a nível das ciências sociais, mas das mais variadas disciplinas científicas.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders (1994) **Moçambique em transição -um estudo da historia de desenvolvimento durante o período 1974-1992**.CEEI-ISRI: Maputo.
- ADAM, Yussuf (1986). **Cooperativização na Agricultura e Modificação nas Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique**. Dissertação. CEA-UEM. Maputo
- AMARAL, Wanda do (1999). **Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação**. Livraria Universitária. 2ª Edição Revista. Maputo.
- Banco Mundial (1990), **África subsaariana-da Crise até ao Crescimento Sustentável**. Washington.
- BEAUDOUX, E & NIEUWKERK, M. (1988). **Associações Camponesas em África -Manual para acção**. Lisboa
- BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Percepção, Atitudes e Diferenças Individuais**. In: \_\_\_\_\_. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1992. Cap. 4, p. 62-79.
- CASAL, Adolfo (1996). **Antropologia e desenvolvimento Rural: As Aldeias Comunais de Moçambique**. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.
- CAMPOS, António dos Santos (1999). **Associações Agrícolas-Um Guia Prático**. 2ª ed. DGDR. Lisboa.
- CHAMBERS, Robert (1995). **Desenvolvimento Rural: Fazer dos Últimos os Primeiros**. ADRA. Luanda.
- DAHRENDORF, Ralf (1996). **A Quadratura do Círculo: Bem Estar Económico, Coesão Social e Liberdade Política**. Edições 70. Lisboa
- FERREIRA et al (1995). **Sociologia**. Editora MacGraw Hill. Portugal.
- FERRINHO, Homero, (1972). **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Clássica Editora. Lisboa.

- -----, (1993). **Comunicação educativa e desenvolvimento rural**. Ed. Afrontamento. Porto.
- FOLIGE, José E. (2004). **Associativismo Agrícola no Chokwe: O caso da Associação de Regantes do Distribuidor Onze (AREDONZE), em Massavasse**. FLCS. Maputo. Dissertação
- GIDDENS, Anthony (2004). **Sociologia**. Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª Edição.
- G20. **Relatório Anual de Pobreza 2005**. Maputo.
- HONWANA, Sansão (2004). **Análise da Participação das Associações de Camponeses nos Programas de Desenvolvimento do Vale de Zambeze**. FAEF. Maputo. Dissertação.
- LUZZATI, Enrico & NAVARRA, Cecília (2004). **As cooperativas como instrumento de Luta a Pobreza nos Países em Vias de Desenvolvimento. O Caso de Moçambique**. Maputo.
- MARTINS, Gilberto Andrade de (2006). **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo.
- MASSINGARELA, Cláudio & VUGT. A. (2001). **A situação das cooperativas, associações e Uniões de camponeses do sector familiar de Moçambique**. UNAC. Maputo.
- MATSINHE, Cristiano (2007). **“Cultura de Trabalho”: e os Desafios da (Re) Produção de Riqueza em Moçambique**. Maputo.
- MAZULA, Brasão (2000). **A construção da democracia em Africa: O caso de Moçambique**. Ndjira. Maputo.
- MEIJA, Margarita. (2000). **Dinâmicas locais nas associações de camponeses do Distrito de Manhiça (Província de Maputo)**. UEM-CEA. Maputo.
- MINAYO, Maria. C. (1993). **Quantitativo/Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Jul./Set. 9, (3), 239-262.
- OLSON, Mancur (1998). **A Lógica da acção colectiva: Bens Públicos e teoria dos grupos**. Celta Editora. Portugal.

- REPÚBLICA de Moçambique (2000). **Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta PARPA (2000-2004)**.
- REPÚBLICA de Moçambique (1990). **Prorural- Intervenções para a fase prioritária** (versão actualizada). Ministério de Agricultura-Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola. Maputo.
- RIBEIRO, Manuela (1997). **Estratégias de reprodução sócio-económica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Baroso, 1940-1990)**. Lisboa.
- RICHARDSON, Robert et al (1999). **Pesquisa Social**. Atlas. São Paulo.
- ROCHA, Aurélio (2002). **Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para as origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)**. Promédia. Maputo.
- ROCHER, Guy (1999). **Sociologia Geral A organização social**. 3ªed. Presença editora. Lisboa
- SIQUEIRA, D. E.; OSORIO, R. (1999) **O Conceito de Rural**. In: VI Seminário Internacional-Classico, 1999, Recife. América Latina iniciando el 2000: Relaciones Internacionales y Cultura,.
- UNAC (2005). **Informação estatística**. Maputo
- VALÁ, Salim (2002). **Associativismo agrícola e desenvolvimento local no Chokwe (1975-2000)**. Maputo.
- VIJFHUIZEN, Carin. (2001). **Género e Terra no Regadio de Massaca, Província de Maputo**. In **Estratégias das Mulheres Proveito dos Homens- Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique**; Sob direcção de Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen. Núcleo de Estudos da Terra.
- WEBER, Max (1983). **Fundamentos da Sociologia**. 2ª ed. Rés Editora. Portugal.

#### Artigos Publicados na Internet

- **ADELMO, Genro Filho (1984). Sobre o conceito de camponês na ciência social brasileira.** Florianópolis, UFSC, Mimeo. Disponível em [-http/ www. Adelmo.com.br/biht/tood/htm](http://www.Adelmo.com.br/biht/tood/htm). Consultado no dia 20 de Outubro de 2007.
- **Sobre o conceito de Educação Formal.** Disponível em [http:// www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.pgp](http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.pgp). Consultado no dia 20 de Outubro de 2007.
- **Sobre o conceito de Empreendedor.** Disponível na Wikipedia. Consultado no dia 15 de Outubro de 2007.
- **Sobre o conceito de Extensão.** Disponível em [http:// www. Proasne/net](http://www.Proasne.net) desenvolvimento sustentável. Consultado no dia 20 de Outubro de 2007.



## **VII-ANEXOS**

### **Anexo 1 - Guião de entrevistas**

#### **I-Percepções sobre a pobreza**

- 1) O que é para si pobreza?
- 2) Quando é que uma pessoa aqui na comunidade é considerada pobre?
- 3) Em sua opinião quais as causas da pobreza?

#### **II-Sobre a associação (Agora vamos falar da sua vida na associação)**

- 1) O que é que levou o Sr. (a) entrar na associação?
- 2) Quais são as vantagens de ser membro da associação?
- 3) Quais são as desvantagem de ser membro da associação?
- 4) O que é que mudou na sua vida desde que é membro da associação?
- 5) Qual é a finalidade do que produz na machamba?
- 6) O que é que consegue fazer com o que ganha da venda dos produtos da machamba?
- 7) Do que disse que era a pobreza, acha que diminuiu ou aumentou desde que é membro da associação?
- 8) Existem grupos de entre ajuda dentro da associação?

#### **III – Apoios (Agora vamos falar de apoios)**

- 1) Para além das quotas que os membros pagam a associação tem outra fonte de sustentação?

#### **IV- Fonte de rendimento (Agora vamos falar da sua vida em casa)**

- 1) Quantas pessoas têm um trabalho remunerado em sua casa?

#### **V- Informações gerais ( Idade, Agregado familiar, Habilitações literais)**

## **Anexo II. Lista dos entrevistados**

### **Membros da Associação**

- 01-Mula Presidente da Associação (Não fez parte da amostra)
- 02-Delfina José
- 03-Rita
- 04-Jossefa Macuacua
- 05-lucia
- 06-Simão
- 07-Bernardo
- 08-Rostina
- 09-Fatima Mandua
- 10-Paulo Tamele
- 11-Raul Matsimbe
- 12-Tomás Chauque

### **Outros (Não membros da Associação)**

- 01-Cossa (Extencionista, Funcionário da DDAB)
- 02- Lise (Funcionaria da DDAB)
- 03- Lino (Presidente Distrital da UNAC-Boane)
- 04-Angela (Secretária da Associação dos Regantes de Massaca)
- 05-Lazaro Muchanga (Secretário da Aldeia de Massaca)

# Anexo III. Boletim da República

1996  
Quarta-feira, 21 de Agosto de 1996

INICIO DO RESADIO  
LIVRO DE 97 III SÉRIE — Número 34



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Delegação do Registo Civil de Angónia

#### DESPACHO

Nos termos do artigo 348.º do Código do Registo Civil, é concedida autorização a Evaristo Matias para passar a usar o nome completo de Evaristo Matias Cleofás.

Delegação do Registo Civil de Angónia, em Tete, 24 de Agosto de 1996. — O Oficial dos Registos, *Gabriel Manuel Sojane*.

## Governo da Província do Maputo

### Direcção Provincial de Apoio e Controlo

#### DESPACHO

1. Um grupo de cidadãos, em representação da Associação de Regantes de Massaca, requereu a S. Ex.º o Governador da Província o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando-lhe pedido os estatutos de constituição.
2. Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos determinados, e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstando, portanto, ao seu reconhecimento.
3. Nestes termos, de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 8/91, de 19 de Julho, e em conformidade com o despacho de 24 de Março corrente de S. Ex.º o Governador, é reconhecida como pessoa jurídica a Associação de Regantes de Massaca.

Direcção Provincial de Apoio e Controlo, em Maputo, 3 e Maio de 1995. — A Directora Provincial, *Zauria Amisse Ny Amisse Abdula*.

## Direcção Provincial da Agricultura e Pesca

### Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro

#### EDITAL

*Caetano Victorino de Sousa*, chefe dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Maputo:

Faz saber que as parcelas abaixo indicadas encontram-se abandonadas pelo seu titular há vários anos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 16/75, de 13 de Fevereiro, correm editos de trinta dias contados partir da data da publicação do presente edital, tornando público a presunção de abandono das parcelas em causa:

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado na localidade sede do distrito de Magde, com a área de 1003 ha e que constitui o processo n.º 10 634.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 5 ha e que constitui o processo n.º 15 584.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 2 ha e que constitui o processo n.º 11 301.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 500 ha e que constitui o processo n.º 10 328.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 2652 ha e que constitui o processo n.º 17 541.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 1000 ha e que constitui o processo n.º 10 668.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, com a área de 1000 ha e que constitui o processo n.º 10 637.

Terreno registado em nome de Augusto Nunes Escudeiro Cajada, situado em Motaze, distrito de Magde, e que constitui o processo n.º 27 499.

Terreno registado em nome de Acácio dos Santos, situado em Mafavura, distrito de Namaacha, e que constitui o processo n.º 3154.

Terreno registado em nome de Casimiro Cabaço Neves, situado na Rádio-Marcony, distrito de Boane, com a área de 2495,5 ha e que constitui o processo n.º 17 428.

Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, em Maputo, 19 de Junho de 1996. — O Chefe dos Serviços Provinciais, *Caetano Victorino de Sousa*.

## Administração Marítima do Maputo

#### EDITAL

Pela Administração Marítima de Maputo correm editos de trinta dias contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando as pessoas que se julgarem com a qualidade de herdeiros ou sucessores do falecido Manuel Martins de Oliveira Campos, que era residente na Avenida Vinte e Quatro de Julho número quatrocentos e quarenta e um, primeiro andar, Maputo, com Dire número cento e treze mil quinhentos e oitenta e seis, para dentro do prazo dos editos virem a esta Administração Marítima reclamar os direitos do falecido que se resumem numa embarcação de pesca com a denominação de Natalidia, registada na Administração Marítima de Maputo sob o número MPT traço oitenta e oito traço P, mostrarem essa qualidade afim de serem julgados habilitados para o efeito de com elas se prosseguir os ulteriores termos de causa sobre a mencionada embarcação.

Para constar se passou o presente edital e mais dois de igual teor que serão afixados nos lugares estabelecidos pela lei.

Maputo, 17 de Maio de 1996. — O Administrador Marítimo, *Benedito Uavir Muanga*.

# Anexo IV. Estatutos

1035 FAMULLA

III SÉRIE — NÚMERO 34

## CAPÍTULO V

### Dos dividendos e dissolução da sociedade

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO Distribuição de lucros

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas as percentagens destinadas a reserva legal, a fundo para investimentos e para quaisquer outras reservas, terão o destino que for deliberado pela assembleia geral.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO Dissolução

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei, sendo os liquidatários os próprios sócios que procederão a liquidação conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

#### ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO Omissões

Em tudo o que estiver omissão nestes estatutos regulará-se as disposições legais aplicáveis das sociedades por quotas na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, dez de Junho de mil novecentos e noventa e seis.— O Ajudante,  
António Salvador Sileo.

## Associação de Regantes de Massaca

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de dezasseis de Junho de mil novecentos e noventa e seis, exarada de folhas uma a folhas dezassete verso e seguintes do livro de notas para escrituras diversas desta Conservatória dos Registos da Matola, a cargo da substituta do conservador, Madalena André Bucuane Monjane, foi feita uma associação entre Ernesto Muçavele, Beatriz Goenha, Arnaldo Filipe Sicavel, Moimede Ali, Vasco Valente Macuaro, Machaquene Ernesto Fumo, Laura Carlos Madoca, Fernando Calana Francisco, Fernando Cufene e Fabião Hafo Sumbane, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## CAPÍTULO I

### Da denominação, finalidade económica e área

#### ARTIGO PRIMEIRO

Um) É constituída uma associação de regantes que adopta a denominação de Associação de Regantes de Massaca, cujo objecto social principal é a gestão e o aproveitamento do sistema de regadio implantado na região de Massaca, abrangendo trinta e seis microparcelas num total de duzentos e vinte e três parcelas que integram uma área total de cento e quarenta e nove vírgula trinta e dois hectares, a qual poderá eventualmente ser aumentado em caso de ampliação do sistema de regadio ou realização de novas infra-estruturas de rega e drenagem.

Dois) A comissão de gestão fica desde já autorizada a promover e a desenvolver actividades de carácter agro-pecuária se prejuizo, porém, da prossecução do objecto social principal.

Três) A titularidade do terreno compreendendo a área total acima indicada de cento e quarenta e nove vírgula trinta e dois hectares com a configuração geográfica, descrição, limites e localização constantes da respectiva planta topográfica, será registada em nome da Associação de Regantes de Massaca.

Quatro) O sistema de regadio implantado no terreno acima descrito, bem como as infra-estruturas de rega, drenagem, equipamentos e demais componentes do sistema de regadio, incluindo as instalações de bombagem e outras estruturas nele instaladas ou a instalar, continuam a pertencer ao Fundo para o Desenvolvimento de Hidráulica Agrícola (FDHA) instituto público, criado pelo Decreto número vinte e sete barra oitenta e seis, de trinta de Outubro, que financiou e promoveu a sua construção que concede a Associação de Regantes de Massaca o seu uso e fruição.

#### ARTIGO SEGUNDO Elemento humano

A Associação de Regantes de Massaca é formada pelos camponeses utentes do sistema de regadio implantado na zona de Massaca e autorizados pela Associação a ocupar as referidas parcelas e a proceder ao seu uso e aproveitamento, beneficiando do sistema de regadio e das infra-estruturas de rega e de drenagem existentes na zona em conformidade com o regulamento da Associação.

## CAPÍTULO II

### Da natureza, sede, objectivo e funções

#### ARTIGO TERCEIRO

##### Natureza e sede social

Um) A Associação de Regantes de Massaca é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira e que não tem por fim o lucro económico dos seus associados.

Dois) A Associação de Regantes de Massaca, que durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição, tem a sua sede social na Aldeia de Massaca, localidade Eduardo Mondlane, distrito de Boane, província do Maputo, confinando a sua actividade ao território desta província.

#### ARTIGO QUARTO Objectivos

Constituem objectivos da Associação de Regantes de Massaca:

- Assegurar a gestão e aproveitamento correcto do sistema de regadio, a defesa do solo, a tutela das áreas de exploração agrícola e dos recursos hídricos, por forma a garantir o fornecimento e a distribuição da água em moldes nacionais e equitativos conforme projecto de exploração;

- Admitir, promover, louvar, punir e despedir, nos termos da lei, trabalhadores e quadros ao serviço da empresa;
- Effectuar as principais operações inerentes ao objecto social.

Três) No caso de a gestão diária da actividade social ter sido confiada a uma direcção executiva composta por empregados ou por outros gestores, caberá ao sócio gerente garantir a plena conformidade de actuação desses gestores com as próprias competências.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO Forma de obrigar

Um) A sociedade fica obrigada, pela assinatura do sócio gerente.

Dois) Quando a gestão tenha sido confiada a uma direcção executiva, a sociedade fica obrigada, para além do disposto no número um, pela assinatura do director-geral.

Em matéria de mero expediente qualquer director poderá assinar validamente.

## SECÇÃO IV

### Do conselho fiscal

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

##### Fiscalização

Um) A fiscalização de todos os negócios da sociedade incumbe a um conselho fiscal composto por três membros e um suplente.

Dois) O presidente do conselho fiscal é designado de entre e pelos seus membros.

Três) No lugar de eleger um conselho fiscal, a assembleia geral poderá optar por confiar a fiscalização da sociedade a uma sociedade de revisão de contas ou de auditoria.

Quatro) A opção referida no número anterior não invalida a eleição ulterior do conselho fiscal, com a consequente dispensa da fiscalização externa.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO Competências

Compete nomeadamente ao conselho fiscal:

- Fiscalizar o cumprimento da lei dos presentes estatutos e das deliberações sociais;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e dos respectivos documentos comprovativos;
- Emitir parecer prévio sobre o balanço e as contas do exercício e sobre a proposta quanto a ganhos e perdas;
- Solicitar a terceiros relacionados com a sociedade quaisquer esclarecimentos.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO Reuniões

Um) O conselho fiscal reúne-se na sede social mediante convocação oral ou escrita do seu presidente.

Dois) As deliberações do conselho fiscal são tomadas por maioria simples de votos.

- b) Organizar as infra-estruturas, pes-  
soas, equipamentos e recursos  
hídricos ou outros, de maneira  
a assegurar o funcionamento  
contínuo do sistema de regadio  
e uma exploração conveniente;
- c) Garantir a operacionalidade, ma-  
nutenção dos equipamentos e  
infra-estruturas;
- d) Garantir a auto-sustentabilidade  
e autonomia do sistema de re-  
gadio;
- e) Assegurar a promoção, protecção  
e condenação dos interesses  
comuns dos seus associados,  
incluindo o funcionamento co-  
mum do sistema de regadio e  
a utilização conjunta dos meios  
e infra-estruturas;
- f) Promover a formação e assistên-  
cia técnica aos associados de  
forma a assegurar um correcto  
funcionamento do sistema de  
regadio;
- g) Garantir a vigilância sobre as  
infra-estruturas de drenagem e  
de rega do sistema de regadio;
- h) Definir e apresentar recomenda-  
ções sobre a utilização do sis-  
tema de regadio para fins agrí-  
colas;
- i) Colaborar com outras organiza-  
ções e entidades na materializa-  
ção das medidas previstas na  
Lei de Terras, na Lei das  
Águas e respectivos regulamen-  
tos.

**ARTIGO SÉTIMO**  
Funções

No prosseguimento dos seus objectivos, a Associação de Regantes de Massaca propõe-se fundamentalmente:

- a) Apolar o desenvolvimento das  
actividades de exploração agrí-  
cola dos seus associados;
- b) Representar os seus associados  
em todos os assuntos de inter-  
esse comum relacionados com  
os objectivos da Associação  
que devam ser submetidos à  
apreciação e decisão das enti-  
dades públicas e privadas;
- c) Apresentar propostas sobre pro-  
gramas e projectos de drena-  
gem e rega;
- d) Formular o regulamento de rega  
e a demais regulamentação.

**CAPÍTULO III**  
Dos associados

**ARTIGO SEXTO**  
Membros

São membros da Associação de Re-  
gantes de Massaca todos aqueles que  
autorizaram na escritura de constituição  
da Associação e os que constam na lista  
anexa a esta mesma escritura e, bem  
assim, as pessoas singulares que poste-  
riormente sejam admitidas por delibe-  
ração da Assembleia Geral, desde que  
se confirmem com as cláusulas destes  
estatutos e se obrigarem a cumprir as  
obrigações neles previstas.

**ARTIGO SÉTIMO**  
Admissão de membros

Um) O pedido de admissão deve ser  
feito pelo camponês que pretenda:

- a) Beneficiar do sistema de regadio  
e das demais infra-estruturas  
de rega e de drenagem implan-  
tadas na região de Massaca e  
destinadas a servir as diversas  
parcelas do terreno descrito, e  
cumulativamente;
- b) Se obrigue a cumprir tudo quan-  
to cria ou venha a ser insti-  
tuído pela Associação nos  
maiores domínios, desig-  
nadamente utilização do siste-  
ma de regadio, drenagem e  
infra-estruturas e aprova-  
mento da terra distribuída.

Dois) O pedido de admissão, que só  
poderá ser considerado desde que exista  
parcela de terreno livre, será apreciado  
pela Comissão de Gestão e aprovado  
pela Assembleia Geral desde que este-  
jam preenchidos os requisitos legais.

Três) Os membros só entram no gozo  
dos seus direitos após o pagamento da  
primeira jóia e da primeira quota e das  
demais contribuições eventualmente pre-  
vistas.

Quatro) Os camponeses interessados  
podem interpor recursos para a Assem-  
bleia Geral em caso de recusa de admi-  
são.

**ARTIGO OITAVO**  
Direitos dos membros

Um) Todos os membros da Associa-  
ção de Regantes de Massaca têm di-  
reito a:

- a) Participar e votar nas assem-  
bléias gerais;
- b) Eleger e ser eleito para os órgãos  
da Associação;
- c) Auferir dos benefícios das activi-  
dades ou serviços da Associa-  
ção;
- d) Utilizar todos os serviços asso-  
ciativos, usar os bens da Associa-  
ção que se destinam a utili-  
zação comum dos associados  
nos termos e condições dos  
respectivos regulamentos, nomeadamente de regulamentos  
de rega;
- e) Usar de outros direitos que se  
inscrevem nos objectivos e fun-  
ções definidos nos presentes  
estatutos;
- f) Ser informado das actividades  
prosseguidas pela Associação.  
Consultar documentos e outros  
materiais de informação, bem  
como receber as publicações  
que sejam editadas;
- g) Verificar as contas da Associa-  
ção;
- h) Recorrer aos órgãos de concilia-  
ção e arbitragem com o fim  
de resolver diferenças entre  
associados ou entre estes e a  
Associação;
- i) Sair voluntariamente da Associa-  
ção desde que não esteja em  
falta perante esta no que con-  
cerne às responsabilidades fi-  
nanceiras assumidas.

Dois) O membro que sair voluntaria-  
mente da Associação perde todos os  
seus direitos associativos, incluindo o  
direito de usar e aproveitar a terra e  
beneficiar do sistema de regadio e dos  
demais serviços associativos. O pedido  
de saída deve ser apresentado por es-  
crito e ficar a constar dos registos da  
Associação.

**ARTIGO NONO**  
Deveres dos membros

Constituem deveres dos membros da  
Associação de Regantes de Massaca:

- a) Pagar a jóia inicial e quota men-  
sual desde o mês da sua admi-  
são, e bem assim as taxas e  
demais contribuições periódicas  
que eventualmente venham  
a ser fixadas com o objectivo  
de custear as despesas de ex-  
ploração do sistema de regadio  
e do funcionamento em geral  
da Associação;
- b) Observar as disposições estatutá-  
rias e das demais regulamen-  
tações e cumprir as delibera-  
ções dos órgãos sociais;
- c) Contribuir para o bom nome e  
desenvolvimento da Associação  
e para a realização dos seus  
objectivos;
- d) Exercer os cargos para que for  
eleito ou nomeado, com com-  
petência, zelo e dedicação;
- e) Prestar contas das tarefas e res-  
ponsabilidades de que for in-  
cumbido;
- f) Dar a conhecer a Associação  
qualquer dado necessário para  
fins estatísticos ou de estudo;
- g) Comunicar a Associação qualquer  
alteração sobre o seu domicí-  
lio;

**ARTIGO DÉCIMO**

Exclusão de membros

Um) Serão excluídos, após advertên-  
cia prévia, os membros da Associação  
de Regantes de Massaca que:

- a) Não cumprirem com o estabele-  
cido nestes estatutos e desig-  
nadamente, não observem es-  
crupulosamente tudo quanto  
estiver prescrito nos diversos  
regulamentos;
- b) Não realizarem o correcto uso e  
aproveitamento do sistema de  
regadio, drenagem e infra-estru-  
turas e dos demais bens que  
pertencem à Associação, ou es-  
tejam sob seu uso e fruição;
- c) Falta-rem ao pagamento da jóia,  
das quotas mensais ou taxas  
por um período a fixar em re-  
gulamento;
- d) Ofenderem ao bom nome ou pres-  
tígio da Associação ou dos seus  
órgãos, ou praticarem actos  
que causem prejuízos àqueles.

Dois) É da competência da Comissão  
de Gestão advertir os associados que  
estejam a faltar ao cumprimento dos  
seus deveres.

Três) A exclusão da qualidade de membro é decidida em assembleia geral reproduzindo a exclusão os mesmos efeitos que a saída voluntária do membro da Associação.

**ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO**

Atribuição de parcelas desocupadas

Um) Em caso de saída voluntária de membros ou de exclusão de membro a parcela que ele vinha ocupando será atribuída pela Associação de Regantes de Massaca a um outro seu membro ou a terceira pessoa que se tenha candidatado a membro e cuja admissão seja aceite nos termos dos presentes estatutos.

Dois) A Associação de Regantes de Massaca definirá, em regulamento, os critérios e as regras que devem presidir a substituição por outrem de um membro excluído ou que se afastou voluntariamente da Associação.

**ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO**

Morte de membro

Compete também à Associação definir em regulamento as regras de substituição de um membro por outrem em caso de morte ou incapacidade permanente daquele.

**CAPITULO IV**

Do patrimônio, fundos associativos e ano económico

**ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO**

Património social

O patrimônio da Associação é constituído por:

- Bens móveis e imóveis que sejam sua propriedade;
- Saldos positivos do exercício social;
- Donativos legados, subsídios e quaisquer outras contribuições de entidades nacionais ou estrangeiras públicas, mistas ou privadas;

**ARTIGO DÉCIMO QUARTO**

Recitas

As recitas da Associação são constituídas por:

- Produto das jónias, quotas e quaisquer outras contribuições ou taxas pagas pelos membros;
- Rendimentos dos bens móveis e imóveis, integrados no patrimônio social;
- Produto de venda de quaisquer bens ou de serviços prestados aos associados ou a terceiros para prossecução dos objectivos da Associação.

**ARTIGO DÉCIMO QUINTO**

Ano económico

O ano económico termina a trinta e um de Dezembro de cada ano. O balanço anual deve ser apresentado pela Comissão de Gestão e estar aprovado até ao fim do mês de Março do ano seguinte.

**CAPITULO V**

Orgãos da Associação

**ARTIGO DÉCIMO SEXTO**

Orgãos da Associação

Um) Os órgãos da Associação são os seguintes:

- Assembleia Geral;
- Comissão de Gestão;
- Conselho Fiscal.

Dois) A Associação pode criar órgãos técnicos consultivos.

**ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO**

Assembleia Geral

Um) A Assembleia Geral é o órgão superior da Associação, constituída pela reunião de todos os associados, sendo as suas deliberações obrigatórias.

Dois) Cada associado tem direito a um voto.

Três) A assembleia geral delibera por maioria de votos dos associados presentes ou representados. Nenhum associado poderá representar mais do que um associado.

**ARTIGO DÉCIMO OITAVO**

Convocação e presidência da assembleia geral

Um) A convocação da assembleia geral será feita por aviso aos associados afixado na sede da Associação e assinado pelo respectivo presidente, com pelo menos oito dias de antecedência.

Dois) Do aviso convocatório deve constar sempre a ordem de trabalho, data, hora e local da reunião, em primeira e segunda convocação.

Três) A convocação da assembleia geral deverá ser obrigatoriamente feita a pedido da Comissão de Gestão, do Conselho Fiscal ou de um quarto pelo menos, dos associados.

Quatro) A assembleia geral elegerá de entre os associados um presidente que dirigirá os respectivos trabalhos.

Cinco) O mandato do presidente da Assembleia Geral é de dois anos renováveis por mais um período igual.

**ARTIGO DÉCIMO NONO**

Atribuições

Compete à assembleia geral:

- Eleger o presidente da Assembleia Geral, a Comissão de Gestão e Conselho Fiscal;
- Apreciar e votar anualmente o relatório e as contas anuais da Comissão de Gestão e o relatório do Conselho Fiscal e o programa das actividades, bem como deliberar sobre quaisquer outros assuntos, desde que previamente inscritos na ordem de trabalho;
- Eleger e demitir os órgãos sociais;
- Aprovar o orçamento anual, bem como as modificações que se tornem necessárias durante a sua execução;
- Aprovar o valor da jóia, das quotas mensais, das taxas e con-

tribuições a pagar pelos associados mediante proposta da Comissão de Gestão;

- Aprovar regulamentos e exercer as demais competências que lhe são cometidas pelos estatutos.

**ARTIGO VIGÉSIMO**

Funcionamento da Assembleia Geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, uma, antes de cada campanha, outra, para apreciar e votar o balanço e as contas do exercício anterior e deliberar sobre outros assuntos desde que previamente inscritos na ordem de trabalho.

Dois) A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, devendo ser convocada nos mesmos e precisos termos que a assembleia em reunião ordinária.

Três) Cada associado poderá delegar por escrito em outro membro para o representar nas reuniões da assembleia geral.

Quatro) As reuniões da Assembleia Geral serão válidas em primeira convocação com a presença de metade dos sócios em pleno gozo dos seus direitos e em segunda convocação, com qualquer número dos membros presentes.

Cinco) As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de voto, com ressalva das deliberações sobre alterações dos estatutos e dissolução e liquidação da Associação que deverão obter uma maioria de três quartos dos membros presentes.

**ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO**

Comissão de Gestão, natureza e composição

Um) A Comissão de Gestão é o órgão executivo da Associação sendo constituído por:

- Um presidente;
- Um vice-presidente;
- Um tesoureiro;
- Seis vogais;

Dois) Os membros da Comissão de Gestão são eleitos por período de dois anos com a possibilidade de renovação apenas por mais um ano.

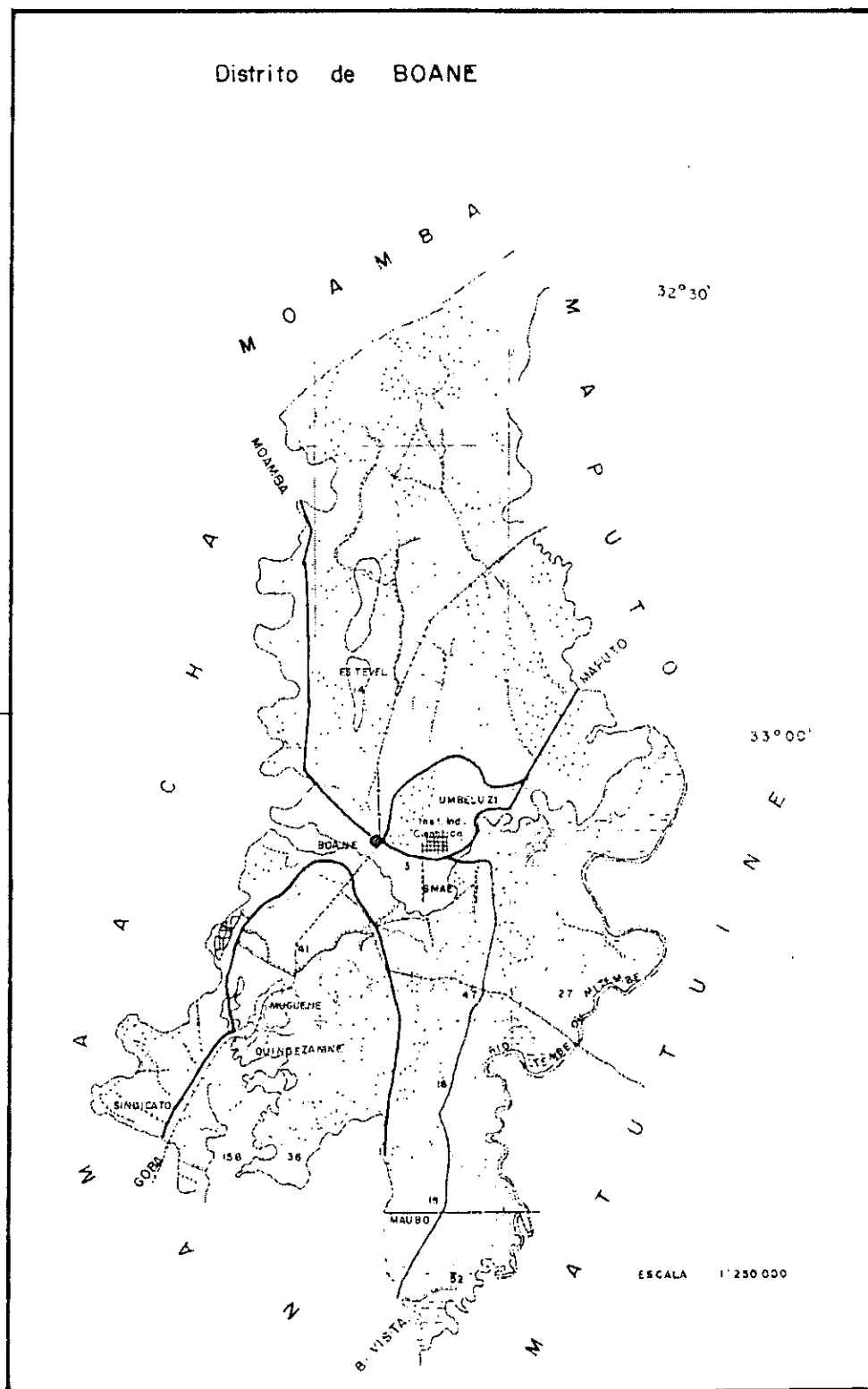
**ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO**

Impedimento de elegibilidade

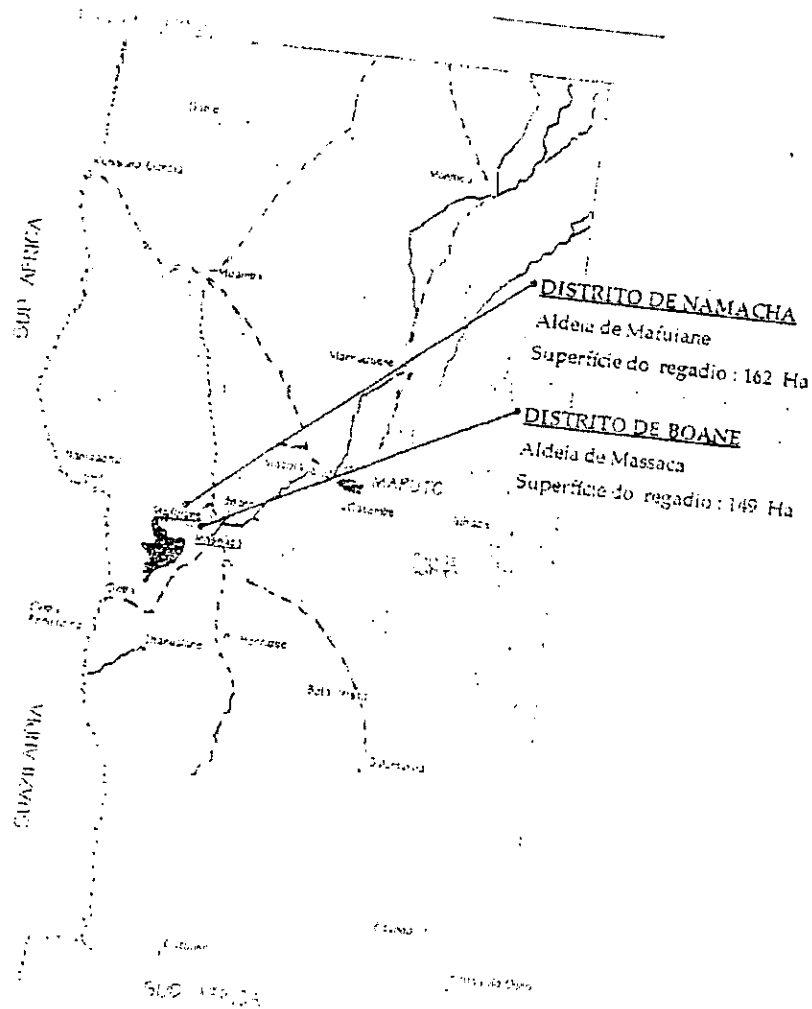
Não podem ser eleitos como membros da Comissão de Gestão:

- Os menores e os interditos;
- Os que se encontrem condenados a prisão maior, salvo se beneficiarem de amnistia ou perdão;
- Os funcionários públicos que eventualmente exercem funções de controlo ou vigilância sobre as actividades da Associação;
- O pessoal administrativo ou técnico ao serviço da Associação;
- As pessoas que sejam fornecedoras ou que executem ou prestem obras ou serviços à Associação, quer directamente, quer por interposta pessoa, nos quais tenham participações.

# Anexo V. Mapa Administrativo



Anexo VI. Massaca



GIUGNO 1989  
 L. Arambio/República Italiana (1991): Programa de desenvolvimento  
 da Província de Maputo - Umbeluzo - Moçambique (Relatório  
 da SCS em cooperação com os Regadios de Mafuiane - Moçambique, período  
 25. Outubro 1987).



# Anexo VII. Área de Cobertura do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO NA PROVÍNCIA DE MAPUTO UMBELÚZI/TEMBE

